

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**MAYSA DA COSTA ROCHA**

**CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL:  
um olhar sobre sua evolução a partir do Exame Nacional de Desempenho dos  
Estudantes (Enade)**

São Luís  
2016

**MAYSA DA COSTA ROCHA**

**CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL:  
um olhar sobre sua evolução a partir do Exame Nacional de Desempenho dos  
Estudantes (Enade)**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. José Rômulo Travassos da Silva.

São Luís

2016

Rocha, Maysa da Costa

Cursos de Administração no Brasil: um olhar sobre sua evolução a partir do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) / Maysa da Costa Rocha – São Luís, 2016.

105f.

Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Prof. Me José Rômulo Travassos da Silva

1. Curso de Administração.2.Enade.3.Desempenho.4.Estudantes I. Título

CDU: 005.11:378.046-021.64

**MAYSA DA COSTA ROCHA**

**CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL:  
um olhar sobre sua evolução a partir do Exame Nacional de Desempenho dos  
Estudantes (Enade)**

Monografia apresentada ao Curso de  
Administração da Universidade Estadual  
do Maranhão (UEMA), para obtenção do  
grau de bacharel em Administração.

Aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Me. José Rômulo Travassos da Silva** (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Me. Luís Álvaro Correa**

Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Esp. Rommel Moreira Sousa**

Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho, em especial, aos meus pais, ao meu irmão e aos professores e amigos que sempre acreditaram no meu potencial e capacidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por tudo - pela força, sabedoria e coragem a mim dados no decorrer deste trabalho, sem Ele eu nada poderia fazer. Em segundo, à minha mãe, Raimunda Alves da Costa, por estar sempre ao meu lado, encorajando-me, acreditando e investindo em mim.

Minha gratidão também aos professores do Curso de Administração da UEMA, pelas disciplinas ministradas e ensinamentos repassados nesses 4 anos, em especial, ao meu orientador, José Rômulo Travassos da Silva, que contribuiu, de forma ímpar, na realização deste trabalho, me instruindo de maneira paciente e atenciosa; e à querida professora Maria de Fátima Ribeiro dos Santos, por também ter me ajudado neste trabalho, em áreas que vão além do que lhes pedi.

Agradeço, ainda, aos meus amigos e colegas de classe Beatriz Costa, Thalyne Caldas e Saymon Carvalho, pelas conversas e conselhos compartilhados e por serem quem são em minha vida; José Luís, Caroline Sales e Gabriel Santos, pela prestatividade de sempre; Mayara Ferreira, Mayara Melo, Carlizandra Dantas, Carolina Araújo, Geisyelle Silva, Thayná Caldas e Denise Maciel, por serem tão especiais e leais; e às queridas Franciliane Lima, Adriana Lima, Elisa Lavras e Jéssica Milla que me deram orientações importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

“Educação não transforma o mundo,  
educação muda as pessoas e as pessoas  
mudam o mundo.”

(Paulo Freire)

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o desempenho dos Cursos de Administração no Brasil, a partir do Enade, nas edições de 2006, 2009 e 2012. Para fundamentar o estudo são apresentados os primeiros processos de avaliação da educação superior que antecederam o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), atual mecanismo de avaliação utilizado no Brasil. Este exame avalia as instituições, os cursos de graduação e os estudantes, através do Enade, considerando as competências estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) para formação em Administração. A metodologia utilizada foi a abordagem quantitativa e qualitativa, tendo como método, o comparativo. A tipologia da pesquisa foi bibliográfica e documental. Através delas foi possível retirar os dados secundários para a análise do trabalho. Os instrumentos da pesquisa foram os relatórios do Enade. Após estudo e análise dos dados, constatou-se que o desempenho dos estudantes do Curso de Administração no Brasil não apresentou uma evolução significativa, apresentando as notas 41,3, 37,5 e 31,9 no Componente de Formação Específica naquelas três edições, respectivamente, sendo a última, 2012, a que apresentou os menores resultados nos vários aspectos analisados.

Palavras-chave: Curso de Administração. Enade. Desempenho. Estudantes.



## **ABSTRACT**

The purpose of this research was to analyze the performance of the Administration Courses in Brazil, from the Enade, in the 2006, 2009 and 2012 editions. To endorse the study are presented the first processes of evaluation of higher education that preceded the National Evaluation System Of Higher Education (Sinaes), the current evaluation mechanism used in Brazil. This exam assesses institutions, undergraduate courses and students, through Enade, considering the competencies established by the Ministry of Education (MEC) for training in Administration. The methodology used was the quantitative and qualitative approach, using as comparative method. The typology of the research was bibliographical and documentary. Through them it was possible to extract the secondary data for the analysis of the work. The tools of the survey were the Enade reports. After the study and data analysis, it was found that the performance of the students of the Administration Course in Brazil did not present a significant evolution, presenting grades 41.3, 37.5 and 31.9 in the Specific Training Component in those three editions, Respectively, and the last, 2012, which presented the lowest results in the various aspects analyzed.

Keywords: Administration course. Enade. Performance. Students.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estrutura da prova do Enade.....	27
Tabela 2	Distribuição dos conceitos e das notas finais padronizadas.....	27
Tabela 3	Número de cursos participantes por Categoria Administrativa, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	36
Tabela 4	Distribuição dos cursos participantes do Enade 2006/2009/2012 de Administração por Unidade da Federação.....	38
Tabela 5	Número de Estudantes Inscritos Por Categoria Administrativa, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	39
Tabela 6	Estatísticas básicas da prova, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	41
Tabela 7	Notas médias na prova, segundo Categoria Administrativa – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	42
Tabela 8	Notas médias na prova, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	43
Tabela 9	Estatísticas Básicas de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	44
Tabela 10	Notas Médias no Componente de Formação Geral, segundo Categoria Administrativa – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	44
Tabela 11	Notas Médias no Componente de Formação Geral, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	46
Tabela 12	Estatísticas Básicas do Componente Específico, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	46

Tabela 13	Notas Médias no Componente Específico, segundo Categoria Administrativa – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	47
Tabela 14	Notas Médias no Componente Específico, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	47
Tabela 15	Estatísticas Básicas das Questões Objetivas de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	48
Tabela 16	Estatísticas Básicas das Questões Objetivas do Componente Específico, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	48
Tabela 17	Estatísticas Básicas das Questões Discursivas de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	49
Tabela 18	Estatísticas Básicas da primeira Questão Discursiva de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	50
Tabela 19	– Estatísticas Básicas da segunda Questão Discursiva de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	53
Tabela 20	Estatísticas Básicas das Questões Discursivas de Conhecimento Específico, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	58
Tabela 21	Percentual de estudantes participantes que avaliaram o grau de dificuldade na prova de Formação Geral como <i>Difícil</i> ou <i>Muito difícil</i> , segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	59
Tabela 22	Percentual de estudantes que avaliaram o grau de dificuldade na prova de Conhecimento Específico como <i>Difícil</i> ou <i>Muito difícil</i> , segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	59

Tabela 23	Número e Percentual de Cursos Participantes a Âmbito Nacional, segundo Conceito obtido – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	60
Tabela 24	Número de Cursos Participantes por Categoria Administrativa, segundo Regiões e Conceitos – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	62
Tabela 25	Distribuição por sexo dos estudantes em % – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	65
Tabela 26	Distribuição da cor/etnia dos estudantes participantes em % - Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	66
Tabela 27	Distribuição da faixa de renda mensal familiar dos estudantes participantes em % - Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	67
Tabela 28	Distribuição do tipo de escola cursada no Ensino Médio, segundo Categoria Administrativa sendo cursada no Ensino Superior pelos avaliados em % – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	68
Tabela 29	Acesso à internet dos estudantes participantes em % – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	70
Tabela 30	Distribuição das horas de estudo semanais fora das aulas, segundo Estudantes Participantes em % - Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	71
Tabela 31	Distribuição da frequência de utilização da biblioteca, segundo Estudantes Participantes em % - Enade 2006 – Administração.....	71
Tabela 32	Distribuição da frequência de utilização da biblioteca, segundo Estudantes Participantes em % - Enade 2009/2012 – Administração.....	72
Tabela 33	Distribuição da participação dos estudantes em atividades acadêmicas extraclasse – Enade 2006/2009/2012 – Administração.....	73

## LISTA DE SIGLAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENC	Exame Nacional de Cursos
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
IDD	Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e o Esperado
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PNE	Plano Nacional de Educação

PPC Projeto Pedagógico de Curso

SAEB Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	19
2.1	Primeiros Processos Avaliativos da Educação Superior.....	19
2.2	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).....	21
2.3	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).....	24
3	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO MEC PARA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO AVALIADAS PELO ENADE.....	29
4	METODOLOGIA.....	31
4.1	Abordagem Quantitativa e Qualitativa.....	31
4.2	Método Comparativo.....	32
4.3	Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	33
4.4	Limitações do Método.....	33
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DO ENADE DAS EDIÇÕES 2006, 2009 E 2012.....	35
5.1	Distribuição dos cursos e dos estudantes no Brasil.....	35
5.2	Análise Técnica da Prova.....	40
5.2.1	<b><i>Estatísticas Básicas da Prova</i></b> .....	41
5.2.1.1	<i>Estatísticas Básicas Gerais</i> .....	41
5.2.1.2	<i>Estatísticas Básicas em Formação Geral</i> .....	44
5.2.1.3	<i>Estatísticas Básicas em Componente Específico</i> .....	46
5.2.2	<b><i>Análise das Questões Objetivas</i></b> .....	48
5.2.2.1	<i>Formação Geral</i> .....	48
5.2.2.2	<i>Componente Específico</i> .....	48
5.2.3	<b><i>Análise das Questões Discursivas</i></b> .....	49
5.2.3.1	<i>Formação Geral</i> .....	49
5.2.3.1.1	Análise da primeira Questão Discursiva de Formação Geral.....	50
5.2.3.1.2	Comentários sobre as respostas à primeira Questão Discursiva...	50

5.2.3.1.3	Análise da segunda Questão Discursiva de Formação Geral.....	53
5.2.3.1.4	Comentários sobre as respostas à segunda Questão Discursiva..	54
5.2.3.2	<i>Componente Específico.....</i>	58
<b>5.3</b>	<b>Percepção sobre a Prova.....</b>	<b>58</b>
<b>5.3.1</b>	<b><i>Grau de dificuldade da parte de Formação Geral da prova.....</i></b>	<b>59</b>
<b>5.3.2</b>	<b><i>Grau de dificuldade da parte de Formação Específica da prova.....</i></b>	<b>59</b>
<b>5.4</b>	<b>Distribuição dos Conceitos.....</b>	<b>60</b>
<b>5.4.1</b>	<b><i>Panorama nacional da distribuição dos Conceitos.....</i></b>	<b>60</b>
<b>5.4.2</b>	<b><i>Conceitos por Categoria Administrativa e por Região.....</i></b>	<b>61</b>
<b>5.5</b>	<b>Características dos Estudantes.....</b>	<b>64</b>
<b>5.5.1</b>	<b><i>Perfil do aluno.....</i></b>	<b>65</b>
5.5.1.1	<i>Características Socioeconômicas.....</i>	65
5.5.1.2	<i>Características relacionadas às fontes de informação e de pesquisa, ao hábito de estudo e à participação em atividades acadêmicas extraclasse.....</i>	69
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
	<b>ANEXO A - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.....</b>	<b>84</b>
	<b>ANEXO B - PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.....</b>	<b>94</b>
	<b>ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014.....</b>	<b>100</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Educação, segundo Ferreira (2001), significa ato ou efeito de educar-se; processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social, dentre outros conceitos.

Entretanto, vê-se que as palavras contidas nesse conceito nem sempre condizem com a prática. Em relação ao Brasil, observa-se que a educação do ensino público ainda tem muito a melhorar. Pode-se dizer que a situação das escolas públicas, em alguns casos, encontra-se em péssimas condições que vão desde a infraestrutura física, passando pela metodologia, o que muito influencia na absorção de conhecimentos até o fato de alguns professores não terem formação específica na área.

Muitas são as discussões acerca da atual conjuntura da educação básica brasileira, que nada mais é do que uma postergação de posicionamentos retrógrados que vêm se repetindo com o passar dos anos. Essa situação é evidenciada quando as crianças que, outrora faziam parte do universo básico de ensino, adentram nas redes de ensino superior e são submetidas à avaliações nacionais onde se busca a real compreensão acerca da área escolhida e estudada durante alguns anos e, em alguns casos, mostram-se despreparadas e/ou aquém das exigências do contexto acadêmico.

Assim, de acordo com Freitas Júnior et al. (2008), como se agregar valor aos mecanismos de avaliação em se tratando da sociedade brasileira, uma sociedade cujas as diferenças sociais, culturais e principalmente econômicas são tão díspares?

Como já exposto, algumas das deficiências encontradas na educação básica se perpetuam até a educação superior, esta, por sua vez, segundo Silva et al. (2015) e Neves et al. ([2011?]) vem passando por um aumento significativo, sendo as instituições privadas as que mais se destacam nesse quesito. Com isso, as Instituições de Ensino Superior (IES) carecem de um maior controle, sendo este feito por meio dos mecanismos de avaliação, que também medem a qualidade dos cursos ofertados.

Em se tratando dos mecanismos de avaliação, estes são utilizados para medir o grau de conhecimento adquirido pelos alunos, sejam eles de quaisquer níveis,

bem como do ensino básico (fundamental), médio e superior. No ensino básico e médio a avaliação é realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a prova Brasil. Esses dois exames são complementares e compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica. O Saeb é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo MEC. (BRASIL, 2016).

Tem-se também o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que se trata do mecanismo de avaliação realizado anualmente com os alunos do ensino médio. Nesse mecanismo os alunos são avaliados e, por meio de suas notas, poderão ou não adentrar nas IES públicas.

No que se refere ao ensino superior, o atual mecanismo de avaliação utilizado é o Enade que objetiva avaliar o desenvolvimento de competências e habilidades que são importantes na formação geral e específica e o quanto os estudantes estão atualizados com as informações que se encontram dentro e fora do contexto acadêmico.

O Enade integra o Sinaes que, por sua vez, é composto por três aspectos da avaliação superior: as instituições, os cursos, e o desempenho dos alunos, este último aplicado pelo Enade. (FREITAS JÚNIOR et al., 2008).

Mediante considerações, questiona-se: Que resultados são apresentados pelos relatórios do Enade disponibilizados pelo Inep nas edições 2006, 2009 e 2012 referente aos Cursos de Administração do Brasil?

Nesse sentido, fez-se a análise dos relatórios do Enade dos Cursos de Administração do Brasil. Para consolidação dessa análise, foi necessário um prévio entendimento dos sistemas de avaliação que antecederam o Enade, assim como do sistema ao qual ele integra, o Sinaes, além de descrever as competências estabelecidas pelo MEC para formação em Administração.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os vários aspectos dos cursos de Administração avaliados pelo Enade, comparando o desempenho dos estudantes. Tal objetivo desmembra-se em: apontar o desempenho dos cursos de Administração, descrever o perfil dos alunos concluintes do curso de Administração e comparar o desempenho apresentado pelos discentes nas três edições.

Em relação à metodologia, usou-se a abordagem quantitativa e qualitativa, bem como a pesquisa bibliográfica e documental, por meio destas fez-se a coleta de dados secundários, procurando-se apresentar os resultados por meio de tabelas.

Assim, esta pesquisa torna-se importante devido ser a educação a base para o desenvolvimento pessoal, social, econômico, político dentre outras áreas, que só terão êxito se a educação repassada na base evitar ou diminuir os gargalos existentes e frequentes, que são refletidos na educação superior e quiçá nos futuros profissionais. Faz-se importante também, no âmbito acadêmico, pois permite às IES conhecerem o perfil, o grau de conhecimento dos alunos, a aplicação da práxis pedagógica etc., além de conhecerem suas oportunidades e ameaças e como elas podem influenciar no processo de aprendizagem dos alunos, contribuindo para o seu processo de formação.

Dessa forma, pretende-se contribuir com informações para outros estudos, no que tange à melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas e universidades e/ou faculdades, independente de renda, classe social, e dependente de boas condições, boa infraestrutura física, bons salários e formação continuada à classe docente, materiais didáticos atualizados e em bom estado oferecidos aos discentes etc.

De acordo com os resultados apresentados pelos relatórios do Enade nas edições de 2006, 2009 e 2012, com notas nacionais do curso em Conhecimento Específico 41,3, 37,5 e 31,9, respectivamente, verificou-se o desempenho dos Cursos de Administração no Brasil.

O trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro trata da introdução, que abrange aspectos que contextualizam o tema; a problematização; a justificativa; os objetivos, geral e específicos; a metodologia, bem como a importância desse estudo. O segundo capítulo inicia-se com a fundamentação teórica que engloba uma prévia abordagem sobre os primeiros processos avaliativos da educação superior; uma discussão mais detalhada sobre o atual sistema de avaliação da educação superior, o Sinaes, e; sobre o Enade, através dos resultados apresentados em seus relatórios. O terceiro capítulo trata das competências estabelecidas pelo MEC para a formação do Administrador. O quarto capítulo apresenta os aspectos metodológicos, envolvendo o tipo de pesquisa; a fonte dos dados e seus respectivos resultados. No quinto capítulo são apresentados os relatórios do Enade, onde são analisados alguns

aspectos e interpretados os resultados obtidos e por último, no sexto capítulo, as considerações finais.

## 2 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste capítulo será descrito o percurso da educação superior quanto aos mecanismos que a avaliam.

### 2.1 Primeiros Processos Avaliativos da Educação Superior

O processo de expansão e reforma percebidos na educação brasileira se dão por meio da criação do processo avaliativo. Fato justificado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/96 que, por sua vez, afirma que cabe à União justapor os vários aspectos pertinentes às educações básica e superior; e pela política instalada desde 1990, quando já se discutia a respeito da implantação de processos avaliativos sem a prévia consulta à legislação. (GOUVEIA et al., 2005).

Contudo, essa discussão sobre a implementação dos mecanismos de avaliação já se estabelecia em 1980 por meio de um debate, em âmbito acadêmico e científico, que objetivava entender esse processo e ao mesmo tempo criticar os padrões de qualidade da educação no país. No entanto, para entender o processo de avaliação não se pode dissociá-lo da globalização, onde os modelos são impostos pelo Estado e este desempenha seu papel de acordo com uma concepção política de educação. (GOUVEIA et al., 2005).

Por sua vez, o advento da globalização trouxe consigo a abertura de mercados e o avanço tecnológico e, por isso, o processo avaliativo da educação superior se tornou mais pertinente, haja vista que o mesmo favorecera na seleção e posterior inserção de profissionais mais aptos às exigências do mercado, segundo o pensamento de Neves e Domingues ([2011?]).

Dias Sobrinho (2010) afirma que, a consolidação do Neoliberalismo e a mínima intervenção do Estado, favoreceram as avaliações educacionais permitindo-as exercer a função de controle, especificamente no âmbito pedagógico. Controle este que resulta na medição da eficiência e eficácia das instituições seguindo os moldes dos Estados neoliberais com predileções aos lucros e diplomas.

Assim, as pesquisas realizadas por Freitas Júnior et al. (2008), Neves et al. ([2011?]) e Silva et al. (2015), demonstram nos últimos anos que as IES privadas vêm crescendo exacerbadamente e este crescimento foi o que impulsionou o MEC a

maximizar e reforçar os mecanismos de controle e monitoramento sobre os cursos que estavam sendo oferecidos.

Nesse caso, a função de exercer o controle dos resultados, por parte das avaliações, flexibiliza o meio, o que contribui para a miscelânea de instituições e cursos geridos de forma eficiente. Assim, o mercado se fortalece, pois os empresários tendem a lucrar mais devido às diversas opções/possibilidades oferecidas aos clientes (DIAS SOBRINHO, 2010).

Por outro lado, no que se refere à qualidade do ensino superior, o governo busca desde a década de 1990 analisar o desempenho do alunado, submetendo este às avaliações de forma a mensurar as habilidades e competências exigidas para o processo de formação profissional (NICOLINI et al., 2014).

Ante o exposto, Polidori et al. (2006, p. 426) afirmam que:

No âmbito da avaliação dos cursos de graduação, datam de 1983 as primeiras ideias sobre o tema, com a instituição pelo Ministério da Educação – MEC, do Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU, que enfatizava a gestão das Instituições de Ensino Superior – IES, a produção e a disseminação dos conhecimentos. Desativado no ano seguinte, tal programa foi substituído por várias iniciativas governamentais, como a Constituição da ‘Comissão de Notáveis’ em 1985, e do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior – GERES, em 1986.

Mesmo com o aparecimento dessas iniciativas desde a década de 70, o processo de avaliação da educação superior se consolidou somente em 1995, com o surgimento do Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido popularmente como Provão, de acordo com Oliveira e Bastos (2005).

O ENC foi realizado no período de 1996 à 2003 e tinha o objetivo de avaliar os cursos de nível superior nos aspectos de ensino-aprendizagem. (INEP, 2011).

O Provão, de acordo com Dias Sobrinho (2010), tratava de um exame escrito de cunho nacional, onde participavam alunos concluintes de cursos de graduação pré-selecionados pelo MEC. As IES recebiam os resultados desta avaliação de forma geral, enquanto que somente os alunos tinham acesso ao seu desempenho. O crescimento das áreas de conhecimento que abrangiam o Provão era gradativo com o decorrer dos anos, chegando ao número de 26 (vinte e seis) áreas em seu último ano de realização, em 2003.

Quanto ao número de áreas atingidas por esse mecanismo de avaliação, Barreyro, Marinho-Araújo e Polidori, (2006), afirmam que o ENC abrangia três áreas no ano de sua implantação – 1996, e chegou a 26 em seu último ano – 2003. Por

outro lado, Gouveia et al. (2005) relatam que as áreas que abrangiam o ENC eram 26 em 1996.

Entretanto, segundo Dias Sobrinho (2010), o Provão foi um modelo imposto pelo MEC que, por sua vez, não possibilitou aos alunos, professores e especialistas na área opinarem a respeito de tal feito, o que gerou algumas críticas deste grupo para com aquele mecanismo de avaliação, o que durou por pouco tempo. O Provão estabelecia que os alunos pré-selecionados para participar da avaliação eram obrigados à comparecerem ao exame, pois se o não o fizessem não receberiam o diploma de conclusão de curso, além disso, no ato do exame bastava que os alunos assinassem a prova, não importando que a mesma ficasse sem respostas.

Além disso, para Oliveira e Bastos (2005), o Provão apresentou limitações no que se refere ao seu caráter antidemocrático, punitivo, intervencionista e quantitativista, tendo em vista seu objetivo ser voltado totalmente para os resultados das avaliações e não para todo o contexto que permeava a educação. Outra limitação se relaciona ao estabelecimento de atividades e/ou objetivos pedagógicos impostos às instituições avaliadas conforme os parâmetros do Provão.

Ademais, Polidori et al (2006) e Dias Sobrinho (2010) apontam para as discrepâncias no que se refere às categorias de notas estabelecidas pelo ENC nos resultados da avaliação. O desempenho de cada curso era baseado em uma escala - A, B, C, D e E – porém, observou-se que para alguns cursos determinadas notas, ex: a nota 50,0 equivaliam à escala “A”; em outros, notas maiores, bem como: 53,9 equivaliam à escala “D”. Constatando-se assim, que inexistia um critério equânime e lógico para se avaliar os cursos que não fora explicado durante todos os anos em que o Provão ocorreu.

## **2.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**

Em 2003 foi proposto um novo sistema de avaliação chamado Sinaes, que visa aprimorar os processos avaliativos da educação superior, possibilitando uma nova dimensão aos mesmos, conforme as pesquisas de Simm (2015).

A criação desse sistema se deu pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (ANEXO A), e sua composição é feita pela avaliação da instituição de ensino, do curso e do desempenho dos estudantes, sendo estes seus três principais componentes e,

por isso, o permitem avaliar, conseqüentemente, todos os aspectos que os permeiam, bem como o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, a gestão da instituição, o desempenho dos alunos, o corpo docente, as instalações etc, conforme Silva et al. (2015), Nicolini et al. (2014), Freitas Júnior et al. (2008), Neves et al. (2010), Escobar et al. (2010), Simm (2015), Moreira Mauro et al. (2015), Dias Sobrinho (2010) e Ribeiro et al. (2012).

O Sinaes também, de acordo com Escobar et al. (2010), pode ser considerado como uma política de Estado, por seu caráter regulatório e emancipatório.

Paralelo a Escobar pensa Gouveia et al. (2005), quando explica que este caráter emancipatório favorece na qualidade e na expansão da educação superior brasileira, cabendo a função ao Estado.

A autoavaliação, a avaliação externa, o Enade, a avaliação dos cursos de graduação e os instrumentos de avaliação (censo e cadastro) são considerados os instrumentos complementares ao Sinaes. Por meio desses instrumentos a qualidade dos cursos e das instituições pode ser mensurada e avaliada em todo o país. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), já a operacionalização é de responsabilidade do Inep. (INEP, 2011).

Seguindo essa lógica, Ribeiro e Verhine (2012) afirmam que uma das propostas iniciais do Sinaes consiste em colocar a autoavaliação como eixo norteador no processo de avaliação, enfatizando a função desta para o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior, respeitando as divergências e conseqüentes especificidades das mesmas, de forma a dar-lhes liberdade para aplicar seus respectivos projetos de avaliação.

Por outro lado, os dados da pesquisa realizada por Fonseca e Oliveira (2007) confirmam que o Sinaes “está implicando um processo de padronização/unificação dos projetos de autoavaliação institucional na maior parte das IES, sobretudo naquelas com pouco capital científico acumulado”. Ainda segundo esses autores, o mais grave é que “os resultados da avaliação institucional (instituições, cursos e estudantes) continuam reforçando mais o caráter concorrencial (qualidade concorrencial da empresa capitalista) do que o desenvolvimento das IES.”



Dias Sobrinho (1996), entende que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior é uma política pública e, portanto tem a função não só de coordenar as instituições de ensino superior, mas também de orientar seu funcionamento de forma a estabelecer-lhes padrões mínimos de qualidade.

Assim, percebe-se que, a função do Sinaes vai além do controle e da fiscalização, cabe a este sistema oferecer uma proposta de transformação ao processo de avaliação da educação superior. (INEP, 2004).

Paralelamente, Ribeiro e Verhine (2012), afirmam que cabe ao Sinaes proporcionar às Instituições de Ensino Superior o desenvolvimento e o aprimoramento institucional, indicando assim, que, estes dois aspectos fazem parte de uma ação política de avaliação, não sendo esta, um processo isolado, mas sim, o caminho para uma ideologia.

Quanto às políticas implementadas pelo Sinaes, no que se refere aos princípios de diversificação, diferenciação e flexibilização, os mesmos possibilitaram às IES privadas sua expansão e às públicas um certo acirramento da crise enfrentada, todavia, apesar destes resultados, nota-se que, não houve uma geração de oportunidades de acesso ao ensino superior de forma democrática. (OLIVEIRA e DOURADO, 2003).

Fato este que corrobora com o pensamento de Ribeiro e Verhine (2012) quando analisam que a política de avaliação do Sinaes acarretará resultados e/ou efeitos divergentes, tendo em vista a miscelânea de instituições que abrangem o público-alvo daquele sistema e que, conseqüentemente se diferenciam por seus interesses, necessidades, respostas e reações, desencadeando investimentos privados e recursos públicos para o mantimento das IES públicas.

Neste sentido, deve haver um avanço quanto ao oferecimento democrático de vagas de forma a incluir os alunos de baixa renda, conforme o pensamento de Ristoff (2008).

Apesar disso, nota-se que, quaisquer das dimensões as quais o Sinaes dispõe para avaliar a educação superior convergem para a preparação do indivíduo que pretende defrontar-se com o mercado de trabalho, e o Enade – instrumento utilizado para avaliar o desempenho dos estudantes – busca identificar qual ou como tem sido qualidade dessa formação dos estudantes de nível superior no Brasil atualmente. (NEVES et al., 2010).

Essas mesmas dimensões propostas pelo Sinaes, segundo Polidori (2009), e seus consequentes resultados, por meio das avaliações, servem como regulação e supervisão da educação superior que culminam em atividades de conhecimento e reconhecimento dos cursos de graduação, e credenciamento e credenciamento de IES.

Seguindo essa linha de pensamento, Dias Sobrinho (2010) e Escobar (2010) destacam a função e visão integradora e sistêmica respectivamente que o Sinaes se dispõe a ter, mesclando as dimensões por ele propostas, possibilitando com que seus resultados justaponham-se em um diagnóstico preciso da atual realidade do alunado de nível superior do país.

Os resultados obtidos no Sinaes possibilitam às instituições de ensino superior orientar sua eficácia e efetividade institucional e acadêmica respectivamente; o estabelecimento de políticas públicas pelos órgãos governamentais e pelos estudantes e pela sociedade no sentido de se conscientizar acerca da realidade dos cursos e das instituições (INEP, 2011).

### **2.3 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**

O Enade avalia o rendimento dos alunos ingressantes e concluintes matriculados em seus respectivos cursos de graduação, no tocante aos conteúdos programáticos. Este exame é obrigatório para os alunos selecionados, pois os possibilita, dessa forma, adquirir seu diploma de graduação. A primeira edição do Enade ocorreu em 2004, e a periodicidade desse exame é trienal para cada área de conhecimento. (BRASIL, 2016).

As informações do Inep (2011) corroboram com o exposto acima, complementando que o Enade também avalia as habilidades e competências dos alunos em seu processo de formação, porém afirmam que o Enade visa avaliar o rendimento somente dos estudantes concluintes dos cursos de graduação.

O Enade lançou como principal objetivo aferir o nível de aprendizagem dos estudantes no tocante aos conteúdos programáticos contidos nas Diretrizes Curriculares de seus cursos, as habilidades adquiridas e/ou desenvolvidas e que os possibilitam enfrentar as contingências existentes em âmbito profissional e a nível geral. (BRASIL, 2004; INEP, 2011).

Quanto à composição, o Enade se vale de três instrumentos: Componente Geral, Componente Específico e Cálculo do IDD (Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e o Esperado) conforme as pesquisas de Freitas Júnior et al. (2008).

Em comparação ao antigo mecanismo de avaliação do ensino superior, Verhine et al. (2006) percebe poucas diferenças: a frequência da avaliação que outrora era anual, agora passa a ser trienal; foram incluídos entre os examinados os alunos ingressantes nas edições de 2006 e 2009, matriculados em seu primeiro ano de curso; e introduziu-se o Cálculo do Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), que visava mensurar o aprendizado dos alunos e compará-la com as expectativas de performance dos mesmos, em face de suas condições socioeconômicas e experiências acadêmicas anteriores.

O IDD possibilitou uma visão mais ampla a respeito do aprendizado dos estudantes, ao passo que também respondeu à algumas críticas ao Provão: a primeira se refere ao descontentamento das IES privadas que se viam em uma situação de desequilíbrio se comparadas às IES públicas, principalmente se tratando das federais, por estas selecionarem os candidatos mais aptos, conforme Bittencourt et al. (2008).

A segunda crítica é analisada por Rothen e Nasciutti (2011) e diz que, ao se deslocar a nota do Enade, colocando-a em segundo plano e priorizar desnecessários rankings e classificações anuais, evitar-se-ia as disputas e concorrências institucionais, inclusive entre instituições privadas.

A definição dos cursos avaliados no Enade é feita por Portarias do Ministério da Educação e publicadas no Diário Oficial da União, sendo que as áreas avaliadas em cada ciclo trienal dividem-se da seguinte forma: I ano – Saúde, Ciências Agrárias e áreas afins; II ano – Ciências Exatas, Licenciaturas e áreas afins; III ano – Ciências Humanas, Ciências Aplicadas e áreas afins. (SIMM, 2015).

A seleção dos alunos para participarem do Enade se dá pelo processo de amostragem, onde os selecionados são obrigados a participarem da avaliação, caso contrário, não receberão o certificado de conclusão de seus respectivos cursos. Para a consolidação do resultado final, o Enade mescla as informações o cálculo do desempenho dos estudantes às da infraestrutura, dos materiais didáticos e do corpo docente, ou seja, faz-se uma análise das instituições de educação superior que vai além da avaliação propriamente dita. (NEVES; DOMINGUES, [2011?]).

Embora a Lei que criou o Sinaes permita a realização do Enade por amostragem, a partir do presente ano a aplicação passou a ser censitária, isto é, todos os estudantes concluintes habilitados ao Enade em 2016, inscritos por sua respectiva IES deverão participar. (INEP, 2011).

Observa-se assim, que o Enade não se limita somente ao desempenho do alunado, mas também, como já fora citado acima, à avaliação e desempenho dos cursos e das instituições. (NICOLIN et al., 2014).

Consoante ao autor supra pensam Verhine, Dantas e Soares (2006) quando apontam que o exame visa abranger várias dimensões em seu teste, no intuito de destacar as competências profissionais e formação geral.

Assim como o surgimento de novos objetivos, a forma de avaliar também mudou. A prova de 2009 foi composta por 40 questões: dez de Formação Geral (FG), sendo duas discursivas e 30 de Componente Específico (CE), sendo cinco discursivas. Para a consolidação da nota do Enade conta-se com a junção das notas de Formação Geral e Componente Específico de ingressantes e concluintes colocando este Exame com o conceito de avaliação diagnóstica, de acordo com os estudos de Nicolini et al. (2014).

Outro aspecto modificado nesse exame, conforme Simm (2015), ocorreu a partir de 2011, quando os alunos ingressantes dos cursos avaliados passaram a não sê-los, sendo avaliados somente os alunos concluintes. O ano de 2010 foi o último ano em que àqueles alunos participaram e foram avaliados, fato este que diferenciava o Enade do Provão, pois além de abranger, até então, ingressantes e concluintes, também objetivava acompanhar a evolução daqueles.

Ainda para o autor supra, essa modificação ocasionou uma diminuição do número de estudantes participantes do Enade, tendo em vista que somente os estudantes concluintes passaram a ser avaliados. Simm (2015) afirma também que o Inep tem a intenção de utilizar a nota do Enem do concluinte para avaliar, de forma mais completa sua evolução na graduação.

O curso de Administração, por sua vez, teve sua primeira participação no Enade em 2006, ano em que os cursos de Design, Direito, Arqueologia, Biblioteconomia, biomedicina, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Formação de Professores, Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro, Música e Ciências Contábeis também foram avaliados, de acordo com Neves et al (2010).

Quanto às questões, a avaliação do Enade ainda é composta por 35 questões objetivas e 5 discursivas, totalizando 40, onde 10 são voltadas aos Conhecimentos Gerais dos alunos e 30 aos Conhecimentos Específicos. A divisão dessas questões e seus pesos encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1 - Estrutura da prova do Enade

Partes	No das questões	Peso/questões	Peso/componentes
Formação Geral/Múltipla. Escolha	01 a 08	60%	
Formação. Geral/Discursiva.	09 e 10	40%	25%
Comp. Específica./ Múltipla Escolha	11 a 37	85%	
Comp. Específica./ Discursiva.	38 a 40	15%	75%

Fonte: Scher et al. (2014, p. 9)

Quanto ao conceito Enade, o Inep (2011) afirma que se trata de um indicador de qualidade que visa medir o desempenho dos alunos por meio de seus resultados obtidos no exame. Seu cálculo não é baseado em apenas um curso, mas por uma Unidade de Observação. Esta Unidade de Observação consiste em um conjunto de cursos que compõem uma área de abrangência específica do Enade de uma Instituição de Educação Superior em um município específico. As Unidades de Observação com apenas um ou sem nenhum concluinte não obtêm o Conceito Enade, ficando Sem Conceito (SC).

Nicolini et al. (2014) entende que “a nota Enade de uma Unidade é uma média ponderada da nota padronizada por tratamento estatístico dos concluintes na parte de formação Geral e no Componente Específico no exame Enade.”

A Tabela 2 mostra a distribuição dos conceitos e das notas finais padronizadas.

Tabela 2 – Distribuição dos conceitos e das notas finais padronizadas

<b>Conceito Enade</b>	<b>Notas Finais Padronizadas</b>
1	0,0 a 0,94
2	0,95 a 1,94
3	1,95 a 2,94
4	2,95 a 3,94
5	3,95 a 5,0

Fonte: Inep (2013)

Ainda para Nicolini et al. (2014), cada avaliação, e seu respectivo conceito, abrange duas vertentes distintas: a parte referente à Formação Geral que contribui com 25% (vinte e cinco por cento) da nota final e o Componente Específico que contribui com 75% (setenta e cinco por cento).

As expectativas para a formação na graduação vão para além dos conteúdos programáticos aprendidos em sala de aula, incluem, sim, uma postura que consiste em um profissional esperado. Paralelas a este fato, tem-se as Diretrizes curriculares, que veem no desenvolvimento de competências, o meio orientador para a consolidação da formação, além de que aquelas refletem a tendência do Enade. (POLIDORI et al., 2006).

Os resultados do Enade juntamente às respostas do Questionário aplicado aos estudantes são indispensáveis para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), todos normatizados pela Portaria nº 40 de 2007, republicada em 2010 (ANEXO B). Esses indicadores auxiliam tanto implementação de políticas públicas quanto como fontes de pesquisa pela sociedade. (INEP, 2011).

### **3 COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO MEC PARA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO AVALIADAS PELO ENADE**

O MEC é o órgão existente no Brasil que estabelece as leis que fundamentam a educação. Este tem, além de outros, o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) como áreas de competência, visando à regulamentação da educação em geral e do ensino superior, de forma particular; à avaliação da pesquisa educacional e à pesquisa e extensão universitária, conforme Silva (2003).

Andrade e Amboni (2003) afirmam que o MEC vem, ao longo dos anos, instituindo Leis que regulamentem o ensino e estabelecendo padrões de funcionamento para as IES. As leis da educação, por sua vez, fixaram o padrão e/ou modelo de profissionalização a ser seguido pelo alunado matriculado nas IES, no intuito de prepará-los para o mercado de trabalho, haja vista as rápidas transformações brasileiras nos âmbitos econômico, social e industrial.

Assim, as IES tiveram que se adaptar às exigências e consequentes mudanças contextuais promovidas pelas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o que as impulsionou à equiparar seus respectivos graduandos às Leis estabelecidas pelo MEC e às exigências do mercado de trabalho. (BRASIL, 1996).

Em se tratando das Diretrizes Curriculares Nacionais, Gasparin (2003) aponta que são elas as responsáveis pela abordagem do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), indicando como deverá ser a organização do cursos, bem como quais as etapas que os mesmos devem seguir; a execução do estágio curricular, os mecanismos de avaliação, com critérios definidos, e o perfil do graduando no decorrer do curso e em sua época de conclusão, favorecendo assim, no desenvolvimento de habilidades e competências específicas.

Vale ressaltar que as DCN são apresentadas às IES como uma forma de possibilitar um melhor desenvolvimento e conseqüentemente melhorar sua qualidade no ensino se tornando mais competitiva. (ANDRADE e AMBONI, 2003). Contudo, mesmo se tratando de leis, as DCN fornecem apenas referências às instituições de modo a justaporem seus vários âmbitos da melhor forma.

Nas DCN estão contidas as competências para formação em Administração, por meio da Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014 (ANEXO C), e serão descritas no artigo a seguir:

Art. 4º O curso de graduação abrangido por esta Resolução deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas; (\*) Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.



## 4 METODOLOGIA

Neste capítulo serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do estudo, apresentando a abordagem, os tipos de pesquisa, as fontes utilizadas para a coleta das informações, assim como as limitações do método.

### 4.1 Abordagem Quantitativa e Qualitativa

Essa pesquisa, em grande parte, é qualitativa e, em menor parte, quantitativa.

A abordagem quantitativa apresenta resultados quantificáveis, que podem ser considerados um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. Essa pesquisa se centra na objetividade e em uma linguagem matemática para descrever as relações entre fenômenos e variáveis. (FONSECA, 2002).

E foi no intuito de relacionar e comparar variáveis que foram elaboradas as tabelas dessa pesquisa com os dados fornecidos pelo Enade, implicando assim em quantidade.

Quanto ao método qualitativo, para Gerhardt e Silveira (2009), os pesquisadores que os utilizam, buscam explicar o porquê das coisas e como elas devem ser feitas, logo, não se fixam nos dados numéricos, mas sim, nos não-numéricos (suscitados e de interação), onde são expostas diferentes abordagens, a saber:

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno, hierarquização de *descrever*; *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Por outro lado, ainda de acordo com esses autores, o pesquisador precisa precaver-se de alguns limites e riscos da pesquisa qualitativa, sendo eles: confiança exacerbada no investigador da pesquisa; risco de que a reflexão tida sobre alguns pontos do trabalho influencie a compreensão e possível resultado do todo; escassez de informações acerca dos mecanismos utilizados para o alcance de resultados; falta de senso crítico, no que se refere ao discernimento entre as diferentes informações

apresentadas em enfoques diferentes; certeza do pesquisador com relação aos seus dados; envolvimento do pesquisador com a pesquisa realizada.

Diante disso, fez-se uma análise da evolução dos Cursos de Administração no Brasil, no que tange ao seu desempenho no Exame, de forma a equiparar os resultados obtidos pelos estudantes de Administração no país. Foram analisados os resultados pertinentes à prova de conhecimentos gerais e específicos nas três edições do Enade (2006, 2009 e 2012), no intuito de se identificar as possíveis tendências referentes à avaliação da formação em Administração.

No que diz respeito aos aspectos avaliados nesta pesquisa, considerou-se três distintos instrumentos adotados pelo Enade que, por sua vez consistem nos aspectos avaliados na presente pesquisa, são eles:

- a) os testes, compostos por questões discursivas e de múltipla escolha;
- b) questionário com o objetivo de conhecer a percepção dos alunos sobre o teste;
- c) questionário socioeconômico-educacional do aluno, de preenchimento voluntário.

Cada um desses instrumentos forneceu diferentes informações nas diferentes edições em que ocorreram acerca da formação em Administração.

O Enade se restringiu a avaliar somente os alunos concluintes dos cursos de graduação a partir de 2010. Tendo em vista que o objetivo do presente estudo foi de avaliar a formação em Administração a partir dos resultados do Enade, optou-se em analisar, somente os dados relativos aos alunos concluintes.

## **4.2 Método Comparativo**

Como já mencionado, analisou-se os relatórios do Enade das edições de 2006, 2009 e 2012. Com isso, buscou-se comparar os resultados dos respectivos anos de forma a perceber quais foram as evoluções e involuções dos alunos do Curso de Administração.

Para tal, procedeu-se a aferição da distribuição dos cursos e dos estudantes no Brasil; análise técnica da prova; percepção sobre a prova; distribuição dos conceitos e as características dos estudantes.

### **4.3 Pesquisa Bibliográfica e Documental**

Adotou-se a pesquisa bibliográfica, pois como se sabe ela é precursora das demais, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009) como o próprio nome sugere, se baseia em fontes bibliográficas, documentos ou obras escritos impressos em editoras, livrarias e bibliotecas.

Outro tipo de pesquisa adotada foi a documental, baseada em documentos onde constam informações atuais e/ou retrospectivas que servem para descrever ou comparar fatos, onde suas características e tendências são estabelecidas. Neste tipo de pesquisa, os documentos se dividem em: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão (GERHARD e SILVEIRA, 2009).

Ainda, segundo os autores supra os documentos de primeira mão são aqueles que não receberam algum tipo de análise, ou seja, existem, mas não carecem de um estudo aprofundado, como é o caso de revistas, jornais, cartas, contrato, diários, filmes. Já os de segunda mão, carecem e/ou necessitam de uma análise mais profunda sobre sua forma e conteúdo estudado como os relatórios de empresa, relatórios de pesquisa, decisões de juízes etc.

Cabe aqui, ressaltar que este último, enquadra-se no contexto desta pesquisa, haja vista os relatórios do Inep terem sido a fonte principal de análise. Portanto, trata-se de uma pesquisa de segunda mão ou de dados secundários. Os relatórios que possibilitaram as análises estão disponíveis no site do Inep: (<http://portal.inep.gov.br/enade/relatórios>).

### **4.4 Limitações do Método**

No desenvolvimento da pesquisa foram encontradas limitações relacionadas à disposição e obtenção dos dados encontrados nos Relatórios das três edições do Enade, com isso é relevante descrevê-las tendo em vista se tratar de fatores que podem influenciar na consolidação dessa pesquisa:

- a) em relação ao grupo de estudantes, as duas primeiras edições (2006 e 2009) avaliaram ingressantes e concluintes, enquanto que a última (2012), avaliou somente os concluintes. Em alguns casos se pôde selecionar apenas os concluintes daquelas duas edições, em outros

não, pois os resultados/percentuais dos dois grupos (ingressantes e concluintes) já tinham sido somados juntos;

- b) em relação aos aspectos analisados, algumas das edições não apresentaram-nos, por isso, em algumas tabelas, as informações foram dispostas somente por duas edições e uma terceira apresentou-se defasada e/ou em branco.

## **5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DO ENADE DAS EDIÇÕES 2006, 2009 E 2012**

Conforme o tema proposto neste trabalho, a partir desse item, se analisará o desempenho dos Cursos de Administração no Brasil. Para tal, alguns aspectos dos relatórios do Enade das referidas edições serão descritos, interpretados e comparados no intuito de consolidar a proposta inicial deste trabalho, que foi de constatar se no decorrer das edições em que participam os alunos dos Cursos de Administração, há uma tendência crescente ou decrescente em seus desempenhos – objeto do Enade – e quais os fatores que podem influenciar nesses resultados.

Importante salientar que, como de praxe, a tendência das teorias, conceitos etc. é evoluir, convergindo, de forma geral, para um caminho mais amplo, objetivo, eficiente. Nas edições desse Exame não foi diferente, a exemplo disso tem-se a edição de 2012, que trouxe algumas modificações quanto aos grupos analisados, sem tirar sua essência, porém, enquanto as edições anteriores eram mais detalhadas, àquela se mostrou mais objetiva.

Sabe-se assim que, partir de 2011 somente os alunos concluintes passaram a ser avaliados pelo Enade, com isso a edição de 2012 englobou somente esse grupo de estudantes, enquanto que as duas anteriores aqui estudadas – 2006 e 2009 – ainda os incluíram em suas pesquisas. Portanto, serão analisados nas três edições somente os aspectos relacionados aos estudantes concluintes, assim, faz-se necessário um recálculo de algumas informações daquelas duas primeiras edições como forma de padronizar as informações aqui apresentadas.

Em cada um dos subitens a seguir serão averiguados aspectos referentes às três edições, buscando-se assim, uma visão mais sistêmica dos resultados.

### **5.1 Distribuição dos Cursos e dos Estudantes No Brasil**

De acordo com Moreira Mauro et al. (2015) sua primeira participação no Enade se deu em 2006, onde foram avaliados 1.475 cursos, destes 163 compunham as instituições de ensino públicas e 1.312, particulares.

Na edição ocorrida em 2009, o Enade contou com a participação de alunos ingressantes e concluintes matriculados em 1.663 cursos, já a edição de 2012 contou com a participação de estudantes concluintes de 1.546 cursos.

A Tabela 3 se refere ao número de cursos participantes dessas três edições do Enade por Categoria Administrativa segundo as regiões.

Tabela 3 – Número de cursos participantes por Categoria Administrativa, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração

	Pública			Privada			Total		
	2006	2009	2012	2006	2009	2012	2006	2009	2012
<b>Brasil</b>	163	221	196	1.312	1.442	1.350	1.475	1.663	1.546
NO	12	17	14	66	84	73	78	101	87
NE	39	70	54	199	223	207	238	293	261
SE	36	50	49	631	692	643	667	742	692
SUL	50	57	51	280	289	284	330	346	335
CO	26	27	28	136	154	143	162	181	171

Fonte: A autora (2016)

Tendo em vista os dados acima, depreende-se que, nas três edições a Região Sudeste se sobressaiu às demais em termos de Brasil, apresentando 667, 742 e 692 cursos participantes nas edições 2006, 2009 e 2012, respectivamente. Fato que pode ser justificado pela Categoria Administrativa “Instituição Particular/Privada” abranger o maior número de cursos participantes também nas três edições, o que alavancou a média dessa região.

A Região Sul manteve-se em segundo lugar nos três anos, em se tratando dos cursos participantes com 330 cursos participantes em 2006; 346, em 2009 e; 335, em 2012, o que, de forma prévia, apontaria uma certa constância, todavia, há de se notar que houve um aumento, mesmo que pequeno, na edição de 2009, porém na edição de 2012 obteve-se uma pequena queda. Percebe-se também a dominância da rede Particular.

A Região Nordeste aparece mais atrás quanto ao número de cursos participantes, apresentando 238, 293 e 261 cursos participantes nas edições, e na mesma ordem. Cursos esses ministrados, em sua maioria, pelas instituições particulares.

A Região Centro-Oeste, por sua vez, apresentou o total de 162, 181 e 171 em 2006, 2009 e 2012, respectivamente. Havendo então um pequeno aumento no ano de 2009, mas na edição seguinte, 2012, o número de cursos teve um decréscimo.

A Região Norte contou com a participação de 78 cursos em 2006; 101, em 2009 e 87, em 2012. Nessa região também observou-se um aumento na edição de 2009.

Na Categoria Administrativa, destacam-se as Instituições privadas de ensino em todas as regiões, como já descrito, compondo a maioria dos cursos avaliados, apresentando 1.312 cursos na edição de 2006; 1.442, em 2009 e; 1.350, em 2012. Apesar de apresentar liderança em termos gerais, liderando com grande participação dos cursos em todas as regiões, essa mesma Categoria aponta uma queda na edição de 2012.

Fato este que corrobora com a afirmação dos autores Freitas Júnior et al. (2008) e Neves et al. ([2011?]), pois estes afirmam que há um rápido crescimento na IES privadas do Brasil, e essa informação foi observada na predominância dessas instituições nas três edições do Enade.

As redes públicas, por sua vez, apresentaram 163 cursos participantes em 2006; 221, em 2009 e; 196, em 2012, o que também demonstra que entre os dois primeiros anos (2006 e 2009) houve crescimento, e entre os dois últimos (2009 e 2012), decréscimo.

Tabela 4 – Distribuição dos cursos participantes do Enade 2006/2009/2012 de Administração por Unidade da Federação

Estados	Número de Cursos		
	2006	2009	2012
SP	352	390	365
MG	170	210	380
PR	140	140	140
RS	120	120	120
BA	80	80	70
RJ	81	90	90
SC	78	180	80
GO	51	120	60
ES	50	45	40
PE	40	60	55
MT	38	50	40
DF	35	40	35
MS	30	28	25
CE	25	25	20
PA	20	25	19
RN	19	23	18
RO	20	20	20
PI	18	25	19
MA	17	40	18
PB	16	20	18
TO	16	19	16
AM	15	23	17
AL	14	20	20
SE	13	18	19
AC	7	10	1
AP	6	12	3
RR	5	13	2

Fonte: A autora (2016)

Vale ressaltar, que os dados acima encontram-se de forma aproximada, tendo em vista que a fonte pesquisada – Relatórios do Enade – (número de cursos) não se mostraram com exatidão. Por isso, para análise do número de cursos participantes por Unidade da Federação buscou-se a aproximação de seus respectivos números “reais”.

Assim, na Tabela 4 pode-se perceber que, das três edições aqui estudadas, o Estado de São Paulo foi o de maior representação, justificando a predominância do Sudeste. Em se tratando de cursos participantes, seguido dos Estados de Minas Gerais e Paraná, nessa ordem. Ainda assim, todos os demais estados brasileiros contaram com cursos participantes em todas essas edições.



Tabela 5 – Número de Estudantes Inscritos Por Categoria Administrativa, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração

	Pública			Privada			Total		
	2006	2009	2012	2006	2009	2012	2006	2009	2012
<b>Brasil</b>	11.661	10.704	14.908	92.448	96.067	125.272	104.109	106.771	140.180
NO	734	1.106	954	4.883	4.486	4.589	5.616	5.592	5.543
NE	1.511	2.322	4.476	11.868	12.875	14.004	14.379	15.197	18.480
SE	3.919	2.774	4.051	49.512	50.141	61.619	53.431	52.915	65.670
SUL	3.415	3.148	3.843	18.092	18.775	31.721	21.507	21.923	35.564
CO	1.082	1.354	1.584	8.093	9.790	13.339	9.175	11.144	14.923

Fonte: A autora (2016)

Conforme os dados da Tabela 5 constatou-se um aumento do número de estudantes concluintes que participaram das avaliações do Enade matriculados nas redes públicas, onde 11.661 desses alunos foram avaliados em 2006; 10.704, em 2009 e; 14.908, em 2012. A rede privada também conta com um número crescente de alunos concluintes participantes no decorrer das edições, apresentando 92.448 em 2006; 96.067, em 2009 e; 125.272, em 2012.

Voltando-se para o âmbito regional, a região Sudeste contou com a participação do maior número de estudantes nas três edições aqui abordadas, apresentando 53.431 na primeira edição, 52.915, na segunda, e 65.670, na terceira, sendo observado, nesta última, um aumento.

Logo após vem a região Sul, que também apresentou grande número de estudantes participantes, não superior à região anterior, mas que lhe possibilitar o segundo lugar neste item. Em 2006 participaram 21.507 estudantes concluintes dessa região; em 2009, 21.923 e; em 2012, 35.564. Nota-se que ocorreu um aumento na edição de 2012.

Em terceiro lugar, neste quesito, tem-se a região Nordeste que contou com 14.379 alunos concluintes participantes da edição de 2006; 15.197, em 2009 e; 18.480, em 2012. Região que também apresentou expressivo aumento em 2012.

A região Centro-Oeste, ficou em quarto lugar, quando apresentou 9.175 estudantes participantes em 2006; 11.144, em 2009 e; 14.923, em 2012. Ocorrendo um aumento progressivo no decorrer das edições.

E, por fim, a região Norte, que contou com o menor número de estudantes participantes em todas as edições e, além disso, diferente das outras regiões, não houve, nesta, um crescimento gradativo. Na última edição aqui apresentada a região

Centro-Oeste apresentou um total de 5.543 estudantes participantes, enquanto que nas de 2006 e 2009 participaram 5.616 e 5.592 estudantes, respectivamente.

De forma geral, neste quesito, observa-se um aumento do número de estudantes concluintes tanto quando se trata da Categoria quanto às Regiões, aumento esse observado na última edição aqui estudada – 2012, primeira edição em que o curso de administração participou depois da mudança de 2011, onde passaram a ser avaliados somente os estudantes concluintes.

Contudo, o aumento desse grupo de estudantes participantes contradiz a afirmação de Simm (2015) quando este afirmou que, a partir de 2011, quando passou-se a analisar somente os concluintes, não mais o fazendo com os ingressantes, o número de estudantes participantes do Enade diminuiu, fato que não foi observado ao se analisar o número de estudantes participantes por Categoria Administrativa na edição de 2012 que, em grande parte das regiões, foi maior do que nas edições anteriores, como mostra a tabela 5.

## **5.2 Análise Técnica da Prova**

Esse item objetiva apresentar o desempenho dos estudantes de Administração nas provas do Enade nas três edições já citadas. Para tal, foram calculadas as estatísticas da prova como um todo, bem como as estatísticas da prova de Formação Geral e Componente Específico.

## 5.2.1 Estatísticas básicas da prova

### 5.2.1.1 Estatísticas básicas gerais

Tabela 6 – Estatísticas básicas da prova, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração

Estatísticas	Notas obtidas		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	42,0	39,12	34,6
Erro padrão da média	0,0	0,05	0,0
Desvio padrão	13,1	15,0	13,6
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	41,9	37,8	33,0
Nota Máxima	87,5	97,7	89,3

Fonte: A autora (2016)

Conforme Tabela 6, observa-se que o número de candidatos inscritos e presentes aumentaram no decorrer das edições. As médias, por suas vezes, apresentaram uma queda, em 2006 a média dos estudantes foi de 42,0; em 2009, 39,12 e; em 2012, 34,6. Fato que também justifica a queda da nota máxima obtida por, pelo menos, um estudante em cada uma das edições, onde em 2006, a nota máxima foi 87,5; em 2009, 97,7 e; em 2012, 89,3, havendo um crescimento em 2009 e um decréscimo em 2012.

De acordo com as médias e notas máximas mostradas na tabela 6, nota-se que houve uma diminuição no desempenho dos estudantes quando se analisa os resultados da última edição apresentada – 2012 - o que pode ser comprovado segundo os resultados nas provas de Formação Geral e Componente específico, que também apontam para uma queda no desempenho dos estudantes avaliados nesta edição.

De acordo com Bori e Durham (2000) é sabido que existem diferenças sociais entre os estudantes, o que vem a refletir no desempenho dos mesmos quando submetidos à avaliações e/ou exames, tais como o Exame Nacional de Desempenho de Estudante.

Tabela 7 – Notas médias na prova, segundo Categoria Administrativa – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Categoria Administrativa	Notas médias na prova		
	2006	2009	2012
Pública	47,73	45,51	40,8
Privada	41,2	38,28	33,9

Fonte: A autora (2016)

Na Categoria Administrativa, conforme a Tabela 7, as notas médias das instituições públicas se sobressaem às das privadas nas três edições. Entretanto, as duas Categorias apresentaram resultados decrescentes no decorrer das edições, sendo que a queda da nota média das redes públicas se mostrou mais acentuada na edição de 2012 (40,8), nota média baixa se comparada às das edições anteriores: 47,73 em 2006 e 45,51 em 2009. As notas médias da rede privada mantiveram-se equiparáveis: 41,2 em 2006; 38,28 em 2009 e; 33,9 em 2012.

May (2004), Bori e Durham (2000) e Neves et al. ([2011?]) afirmam que há um crescimento da rede privada que, por sua vez, é composta, em grande parte, por estudantes oriundos de escolas públicas que, também carecem de atenção, em alguns aspectos e, por isso os mecanismos de avaliação devem ser reforçados no intuito de avaliar o ensino oferecido naquela rede. Consoante a isso Freitas Júnior et al. (2008) complementa que as deficiências da educação básica não serão sanadas nesses diversos cursos superiores criados pelo Brasil, haja vista a baixa qualidade do ensino oferecido pelos mesmos, o que desencadeou o fechamento de alguns por não atenderem às especificações de cada área.

É nítida a diferença entre as notas obtidas pelos estudantes das IES públicas em relação aos das privadas, onde àqueles geralmente apresentam melhores resultados quanto ao desempenho, contudo, os dados da tabela 7, demonstram que a rede pública composta, em sua maioria, por estudantes que cursaram o ensino médio em escolas particulares que, geralmente, são tidas como àquelas que oferecem melhores condições aos seus alunos, o que inclui bons professores, boa infraestrutura física, material didático em boas condições e uma educação de qualidade, o que lhes possibilita adentrar nas IES públicas por meio do processo de vestibular, seja pelo Enem, seja pelo método tradicional, também apresentou um baixo resultado na última edição especificamente.

Fato este que pode acrescentar às informações daqueles autores o seguinte questionamento: Se há uma tendência dos estudantes de escolas públicas

adentrarem em IES particulares e vice-versa, o que explica a nota média baixa apresentada pelos estudantes da rede pública na edição de 2012 do Enade, haja vista essa rede ser composta, em grande parte, por estudantes oriundos de escolas particulares?

Há, portanto, três possíveis explicações: a primeira pode estar relacionada ao ensino oferecido na educação básica particular que talvez não esteja, ultimamente, lhes oferecendo subsídios suficientes para adentrarem em uma instituição superior pública e tampouco participarem de avaliações realizadas na mesma. A segunda explicação pode estar nas próprias IES públicas que possam não estar atendendo às exigências requeridas para a consolidação da educação oferecida aos seus graduandos e, conseqüentemente, os resultados serem refletidos nas avaliações que medem o desempenho desses estudantes. E a terceira são os próprios mecanismos de avaliação que podem não estar avaliando da forma correta ou os aspectos certos.

Tabela 8 – Notas médias na prova, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração

Regiões	Notas médias na prova		
	2006	2009	2012
Norte	38,3	35,35	32,7
Nordeste	42,0	37,92	35,4
Sudeste	42,3	39,19	34,8
Sul	43,4	42,09	35,2
Centro-Oeste	39,1	36,45	32,4

Fonte: A autora (2016)

Diferente das demais tabelas que apontam a região Sudeste com os maiores resultados quanto ao número de cursos e estudantes, a Tabela 8, referente às notas médias, aponta a região Sul com as maiores notas médias nas edições de 2006 e 2009 (43,4) e (42,9), respectivamente, e a região Nordeste com a maior média em 2012.

### 5.2.1.2 Estatísticas básicas em formação geral

Tabela 9 – Estatísticas básicas de formação geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	44,1	44,22	42,9
Erro padrão da média	0,0	0,04	0,0
Desvio padrão	15,3	20,7	16,2
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	44,5	42,8	43,5
Nota Máxima	96,0	100,0	95,0

Fonte: A autora (2016)

A média total e de Formação Geral da edição de 2012 se apresentaram com menores resultados, como visto nas tabelas 6 e 9. A edição de 2006 apresentou a maior média total e a edição de 2009, a maior média na parte de Formação Geral (42,22).

As notas máximas também mostram a mesma ordem das médias, onde a edição de 2009 apresentou nota 100,0; a edição de 2006, 96,0 e; a edição de 2012, 95,0.

Tabela 10 – Notas médias no Componente de Formação Geral, segundo Categoria Administrativa – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Categoria Administrativa	Notas médias na prova		
	2006	2009	2012
Pública	49,87	50,01	47,0
Privada	43,3	43,46	42,4

Fonte: A autora (2016)

A Tabela 10 demonstra que as IES públicas se sobressaem ante as privadas, em todas as edições, sendo que na edição de 2012 a nota média no Componente de Formação Geral sofreu uma queda nas duas Categorias.

Todavia, mesmo com o decréscimo dos resultados na edição de 2012, mais uma vez, percebe-se o destaque das IES públicas, o que consolida a afirmação dos autores já citados no tocante ao que influencia o maior desempenho dos estudantes dessas instituições. E, como descrito no início deste trabalho, a justificativa para essa

disparidade entre IES públicas e privadas desencadeia-se desde a sua raiz: a educação básica, mais precisamente o ensino médio.

Esses dados podem ser verificados nas notas das escolas de todo o país no Enem – referente à edição de 2015 divulgadas pelo MEC em uma matéria realizada pelo Jornal das Dez (2015) onde os dados revelam um alarmante abismo que ainda existe entre as escolas públicas e privadas, abismo esse que refletirá no desempenho desses estudantes quando submetidos a exames de nível superior, como é o caso do Enade. Foi revelado ainda que, entre as 100 (cem) escolas com as melhores notas no Enem 2015, apenas 3 (três) são públicas, onde as escolas federais são as que mais se destacam. (GLOBO NEWS, 2015).

Na mesma matéria Ilona Becskehazy, especialista em educação, explicou o que a pesquisa deste trabalho já revelou, ou seja, as escolas cursadas por estudantes de elite, de maior poder aquisitivo/nível socioeconômico, particulares, de uma forma geral, fizeram um maior esforço e, portanto, melhoraram mais rápido, enquanto que as escolas públicas, que não melhoraram tão rápido, o que não significa dizer que estejam piorando, diminuem as chances de seus alunos de alcançarem maiores notas no Enem. O que significa dizer que os alunos que estão em escolas públicas e que, provavelmente, têm um nível socioeconômico mais baixo vão perder vagas nas melhores universidades.

Priscila Cruz, presidente executiva do Todos pela Educação, destacou também nessa matéria, que, além das condições socioeconômicas dos estudantes, que lhes permitem estudar em escolas públicas ou privadas, a formação do professor também exerce grande influência, como mostram os relatórios do Enem de 2015, afirmando que entre as 100 escolas com as piores notas, em 68 delas os professores não têm formação específica na área em que lecionam, o que expõe uma das principais deficiências da educação básica no país: o professor, o que só pode ser melhorado elevando essa categoria, fornecendo-lhes melhores salários, carreira e formação continuada. Se assim não se fizer, de nada adiantam as políticas públicas que visam a reforma do ensino médio.

O que reforça o motivo pelo qual as redes privadas têm, geralmente, menores notas do que as públicas. Isso se dá por essas instituições serem compostas, em grande parte, por aqueles alunos que não conseguiram vagas nas IES públicas e acabaram adentrando nas IES privadas por um método um pouco mais fácil, assim, a

deficiência do ensino básico tende a se postergar no ensino superior, o que desencadeia resultados insatisfatórios como os vistos neste trabalho, por meio da análise dos relatórios do Enade.

Tabela 11 – Notas médias no Componente de Formação Geral, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 – Administração

Regiões	Notas médias na prova		
	2006	2009	2012
Norte	42,0	40,03	42,2
Nordeste	45,4	40,55	43,5
Sudeste	43,9	44,94	42,9
Sul	45,3	48,11	43,1
Centro-Oeste	41,9	40,17	41,5

Fonte: A autora (2016)

No âmbito regional, verifica-se que a região Nordeste apresentou os maiores resultados (maior média na prova de Formação Geral) nas edições de 2006 e 2012 (45,4) e (43,1), respectivamente, enquanto que a região Sul apresentou os maiores resultados na edição de 2009 (48,11).

### 5.2.1.3 Estatísticas básicas em Componente Específico

Tabela 12 - Estatísticas básicas do Componente Específico, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	41,3	37,48	31,9
Erro padrão da média	0,0	0,05	0,0
Desvio padrão	14,2	15,8	15,1
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	41,2	35,7	29,3
Nota Máxima	95,0	97,0	95,0

Fonte: A autora (2016)

Na Tabela 12 pode-se verificar que as notas médias do Componente Específico se apresentaram de forma decrescente conforme o decorrer das edições (41,3) em 2006, (37,48) em 2009 e (31,9) em 2012, já as notas máximas mostraram-se equiparáveis (95,0) na primeira e última edição, com crescimento somente na segunda edição (97,0).



Tabela 13 – Notas médias no Componente Específico, segundo Categoria Administrativa – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Categoria Administrativa	Notas médias na prova		
	2006	2009	2012
Pública	46,97	44,05	38,6
Privada	40,5	36,61	31,0

Fonte: A autora (2016)

A Tabela 13 aponta o que já fora percebido nas outras tabelas: as instituições públicas sempre se sobressaindo às privadas, porém com um resultado inferior na edição de 2012 e as duas Categorias Administrativas apresentam resultados decrescentes no decorrer das edições, o que reafirma o questionamento feito na análise de outras tabelas deste trabalho quanto ao que pode explicar a queda das notas das IES públicas na edição de 2012.

Tabela 14 – Notas médias no Componente Específico, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Regiões	Notas médias na prova		
	2006	2009	2012
Norte	37,0	33,84	29,5
Nordeste	40,9	37,09	32,6
Sudeste	41,7	37,33	32,0
Sul	42,8	40,13	32,5
Centro-Oeste	38,2	35,25	29,3

Fonte: A autora (2016)

Conforme a Tabela 14 depreende-se que a região Sul apresentou maiores médias nas duas primeiras edições (42,8) e (40,13), respectivamente, no que se refere à prova de Conhecimento específico, enquanto que a região Nordeste o fez na última edição apresentando nota média 32,6. Apesar disso, a edição de 2012 continua apresentando notas inferiores em todas as regiões.

## 5.2.2 Análise das Questões Objetivas

### 5.2.2.1 Formação Geral

Tabela 15 – Estatísticas básicas das Questões Objetivas de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	44,7	53,94	46,0
Erro padrão da média	0,1	0,07	0,1
Desvio padrão	17,3	21,9	20,2
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	50,0	57,1	50,0
Nota Máxima	100,0	100,0	100,0

Fonte: A autora (2016)

Quanto às questões objetivas de Formação de Geral, a maior média foi representada pelos estudantes da edição de 2009 (53,94), logo depois tem-se a edição de 2012 (46,0) e, por fim, a edição de 2006 (44,7), nota-se, nesse quesito, que a edição de 2012 não apresentou o menor resultado como visto nos demais aspectos já analisados. Nas três edições as notas máximas obtidas foi 100,0.

### 5.2.2.2 Componente Específico

Tabela 16 – Estatísticas básicas das Questões Objetivas do Componente Específico, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	49,6	40,67	34,9
Erro padrão da média	0,1	0,05	0,0
Desvio padrão	16,5	17,5	16,6
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	47,1	36,8	33,3
Nota Máxima	100,0	100,0	100,0

Fonte: A autora (2016)

Na Tabela 16, mais uma vez, as notas médias da edição de 2012 se mostraram menores do que às das edições anteriores, o que explica que, quanto aos conhecimentos específicos, os estudantes participantes desta última edição encontram-se, em alguns casos, aquém das exigências requeridas pelo mercado para

sua profissão, no caso aqui, Administrador, haja vista tratar-se de alunos concluintes que, por suas vezes, devem apresentar-se mais íntimos dos conteúdos de sua área, o que notadamente não está ocorrendo, tendo por base os resultados da edição de 2012.

### 5.2.3 Análise das Questões Discursivas

#### 5.2.3.1 Formação geral

Tabela 17 – Estatísticas básicas das Questões Discursivas de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	43,3	29,74	38,2
Erro padrão da média	0,1	0,1	0,1
Desvio padrão	23,0	34,5	21,8
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	45,0	0,0	42,5
Nota Máxima	100,0	100,0	95,0

Fonte: A autora (2016)

Quanto às estatísticas básicas das questões discursivas de Formação Geral, a Tabela 16 mostra que a maior média foi alcançada em 2006 (43,3) e a menor, em 2009 (29,74), a edição de 2012 apresentou média 38,2. No tocantes às notas máximas as edições de 2006 e 2009 apresentaram 100,0 e a edição de 2012, 95,0. Havendo, assim, mesmo que de forma pequena, uma queda nos desempenhos dos estudantes desta última edição, notado não somente nessa tabela, mas também em outras, por meio dos resultados apresentados. Nesse aspecto se avalia o grau de compreensão e a capacidade de colocar o assunto entendido em forma de texto nas provas por meio de respostas.

### 5.2.3.1.1 Análise da primeira Questão Discursiva de Formação Geral

No que se refere à primeira questão discursiva de Formação Geral, apresenta-se somente as informações das edições de 2006 e 2012, tendo em vista que essa questão foi desconsiderada na edição de 2009.

Nas duas edições em que essa questão foi considerada, mesmo se tratando de assuntos diferentes, se buscou avaliar as habilidades dos estudantes em interpretar textos e argumentar a respeito do tema tratado na modalidade escrita padrão da língua.

Tabela 18 – Estatísticas básicas da primeira Questão Discursiva de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração.

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	Essa questão foi desconsiderada.	176.254
Presentes	56.213		140.180
Média	28,6		34,0
Erro padrão da média	0,1		0,1
Desvio padrão	28,9		25,2
Nota mínima	0,0		0,0
Mediana	30,0		35,0
Nota Máxima	100,0		95,0

Fonte: A autora (2016)

Na Tabela 18, percebe-se que a nota máxima obtida cai em 5 décimos da edição de 2006 para a edição de 2012, 100,0 e 95,0, respectivamente. De forma geral, os resultados, em números, não apresentaram uma discrepância tão acentuada entre o desempenho dos estudantes nessa primeira questão discursiva de Formação Geral nas duas edições, mesmo se tratando de temas diferentes.

### 5.2.3.1.2 Comentários sobre as respostas à primeira Questão Discursiva

Importante salientar que os comentários a respeito da primeira e segunda questões discursivas foram baseados nos Relatórios do Enade das edições de 2006, 2009 e 2012. Sendo que, a primeira questão discursiva foi apresentada somente pelas edições de 2006 e 2012 sendo desconsiderada na edição de 2009.

- **Edição de 2006**

Nesta edição, a primeira questão discursiva buscou avaliar as habilidades dos estudantes em compreender, interpretar e redigir argumentos sobre o tema: “Sistema de Cotas Raciais”.

Assim, de acordo o Relatório, os alunos, de uma forma geral, se mostraram interessados pelo tema, haja vista sua recorrente discussão na mídia e, por isso, alguns conseguiram redigir argumentos coerentes, porém não chegaram a concluir seus raciocínios de forma satisfatória. Percebeu-se também que muitos alunos deixaram outras questões em branco, mas não o fizeram com essa.

No que toca a sustentação das ideias, o relatório revelou que houve uma dificuldade explícita de distinção entre o significado do termo “argumento” com relação ao termo “opinião”, onde muitos dos respondentes, ao invés de exporem argumentos tendo por base os contextos social e histórico que permeiam o tema abordado, acabaram por emitir opiniões com base em suas experiências individuais. Também foi observada a incapacidade de se colocar no lugar do outro, por meio dos textos de muitos estudantes, colocando-se apenas contra ou a favor do sistema de cotas, sem se fazer uma análise da real profundidade desse tema na sociedade.

No tocante ao tema de Cotas Raciais, houveram também outros aspectos relevantes, bem como a insistência de respostas redigidas na primeira pessoa do singular, o que justifica a tendência em opinar (subjetividade), ao invés de argumentar (objetividade) como descrito no parágrafo acima. Outro aspecto notado foi a tendência em tratar a noção de raça de forma restrita, analisando somente o aspecto biológico, deixando de lado os aspectos histórico, social, geográfico e político.

Além disso, houve uma tendência, em muitas respostas, aos erros ortográficos e de concordância, além de coerência e coesão, o que compromete a clareza, a inteligibilidade, evidenciando seu restrito entendimento.

- **Edição de 2012**

Nesta edição, a primeira questão discursiva abordou o tema “A conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais”, tema

bastante discutido nesse ano, onde buscou-se observar o estímulo governamental à compra de veículos e os impactos ambientais das políticas públicas.

Apesar de o enunciado da questão explicitar que a resposta fosse fornecida em um único texto, foi significativo o número de respondentes que atendeu a cada item (a, b e c) do enunciado isoladamente. Em outras palavras, a questão pediu para se elaborar um texto de acordo com àquele tema, baseado em: a) conceito de desenvolvimento sustentável, b) conflito entre o estímulo à compra de veículos automotores e a promoção da sustentabilidade e c) ações de fomento ao transporte urbano sustentável no Brasil. Como, de forma geral, o pedido do enunciado não foi atendido, a correção foi feita baseada nas respostas fornecidas a cada um desses três itens.

Quanto às respostas ao primeiro item, houve grande incidência de estudantes que apontaram a relação entre gerações como aspecto essencial para o desenvolvimento sustentável, no mais, os estudantes tentaram seguir o item apresentando definições sobre o desenvolvimento sustentável.

Porém, a maioria dos estudantes não alcançou o máximo da pontuação. De forma geral, trataram o desenvolvimento sustentável como sinônimo de não agressão ao ambiente, outros ainda, confundiram desenvolvimento sustentável com desenvolvimento econômico. Destaca-se ainda, o grande número de alunos que copiaram suas respostas do enunciado de outra questão da prova.

Quanto ao segundo item, os estudantes se aproximaram da nota máxima, devido ao fato de, em grande parte, conseguirem entender e apontar a relação do aumento de veículos automotores e dos danos socioambientais causados no meio ambiente com sua consequência por meio da emissão de gases poluentes. Houveram também muitas críticas ao governo.

O terceiro item foi o que apresentou maior facilidade de respostas, porém foram poucos os casos de pontuação integral. Em geral, os alunos responderam como solução o uso de energias alternativas e o estímulo ao transporte coletivo (metrô, trêm e ônibus), além do uso de bicicletas.

Por meio da análise das respostas referentes à primeira questão discursiva das edições do Enade de 2006 e 2012, mesmo se tratando de temas divergentes, porém avaliando as mesmas habilidades, percebe-se o que já fora descrito em vários

outros itens e aspectos avaliados neste trabalho: os problemas estruturais da educação básica que se refletem no ensino superior.

Observa-se que, nos comentários das duas respostas, grande parte dos estudantes apresentaram entendimento aquém dos temas/assuntos abordados na questão, o que gerou respostas incoerentes, desconexas que não tinham relação com as perguntas. Os erros ortográficos, incoerência etc. foram outros problemas frequentes observados na correção dessas duas questões discursivas.

Nesse sentido, conforme o Relatório de 2012, há uma urgência em se alertar para um número significativo de respostas que se afastam de um padrão mediano de qualidade esperado de um aluno concluinte em um curso de graduação, especialmente em se tratando de temas frequentemente explorados pela mídia.

#### 5.2.3.1.3 Análise da segunda Questão Discursiva de Formação Geral

Essa segunda Questão Discursiva foi considerada nas três edições. Buscou-se também, por meio dessa questão, avaliar as habilidades dos estudantes quanto à leitura e interpretação de textos, questionamentos sobre a realidade e argumentações coerentes.

A seguir, a Tabela 19 descreve os resultados estatísticos básicos da segunda questão discursiva.

Tabela 19 – Estatísticas básicas da segunda Questão Discursiva de Formação Geral, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 – Administração

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	53,3	29,74	42,2
Erro padrão da média	0,1	0,1	0,1
Desvio padrão	26,9	34,5	24,8
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	60,0	0,0	50,0
Nota Máxima	100,0	100,0	95,0

Fonte: A autora (2016)

A Tabela 19 aponta uma maior média na edição de 2006 (53,3) e menor média na edição de 2009 (29,74), no que toca à segunda questão discursiva de

Formação Geral. As três edições apresentam nota mínima 0,0; as duas primeiras apresentam nota máxima 100,0 e a última edição, 95,0.

#### 5.2.3.1.4 Comentários sobre as respostas à segunda Questão Discursiva

- **Edição de 2006**

Na questão discursiva desta edição os candidatos deveriam apresentar uma proposta sobre como o País enfrentaria a “Violência social e no trânsito”, responsáveis pela morte de um grande número de jovens, sobretudo nos grandes centros urbanos.

O texto redigido pelo estudantes deveria estar fundamentado em argumentos e de acordo com a escrita padrão da Língua Portuguesa. O tema possibilitou uma maior facilidade de redigir o texto por partes dos alunos sem se desviar da proposta pedida. O tema proposto, por estar sendo muito divulgado na época, favoreceu os estudantes, pois os mesmos redigiram com mais propriedade.

As propostas mais apontadas pelos estudantes pela redução da violência foram: investimento em educação, necessidades de campanhas de conscientização, legislação de trânsito mais rígida, combate severo à corrupção etc.

Quanto aos aspectos pertinentes ao conhecimento dos alunos percebidos na correção das provas, pode se destacar o grau de proximidade dos alunos com o tema proposto, o que lhe favoreceu na elaboração do texto de forma coerente e mostrando argumentos convincentes, porém tiveram respostas (em forma de texto) que se mostraram incoerentes, pois alguns estudantes apresentaram dificuldades em seguir uma lógica. Houve também a ausência de coesão e dificuldade em seguir a modalidade escrita padrão com desvios de pontuação, ortografia e a presença da oralidade.

Observou-se também, por meio das respostas, que, para muitos alunos, a violência social decorre da baixa escolaridade, da desorganização familiar, da ausência do poder público nas carências sociais. Já a violência no trânsito é causada, segundo a resposta de alguns estudantes, pela inobservância das leis e aplicação diferenciada das mesmas.



A educação de qualidade e em tempo integral foi apontada, de forma geral, como a solução para os dois tipos de violência apresentadas, haja visto também possibilitar maiores oportunidades de emprego e uma maior conscientização quanto ao cumprimento das leis já existentes.

- **Edição de 2009**

A segunda questão discursiva desta edição apresentou um questionamento a respeito do “Direito Social” de forma a avaliar as habilidades dos estudantes em reconhecê-lo e escolher um direito social que diminua as desigualdades de renda familiar no Brasil.

Para discorrerem sobre esse tema, os argumentos do texto elaborado pelos alunos deveriam estar embasados no acesso à educação pública e de qualidade, na assistência à saúde, na permanência dos estudantes na escola, em quaisquer níveis escolares, em condições dignas de trabalho, ser proprietário do imóvel em que reside. Muitos alunos apresentaram argumentos consoantes aos solicitados pela questão, porém, grande parte desses alunos, apresentou somente um argumento, e não dois.

De acordo com os corretores dessa questão, nota-se uma preocupação, por meio das respostas, com a atual educação sugerindo-se assim, cursos profissionalizantes e de atualização para os alunos e professores, respectivamente. A saúde também foi um dos assuntos abordados nas respostas como sendo a essência para a vida e oportunidade de emprego como forma de ascensão social, direito e cidadania.

Os erros ortográficos foram pouco observados nas respostas dessa questão e dessa edição. As respostas obedeceram, de forma geral, a norma culta e a coesão razoavelmente. Já a coerência ficou ausente quando os alunos passaram a reivindicar e reclamar a respeito da atual situação enfrentada pelo brasileiros, na época, o que os fez fugir um pouco da proposta inicial do tema. Houve também a ausência do uso correto de termos que interligam as diversas partes do texto.

De forma geral, no Relatório da edição de 2009, os alunos apresentaram um bom desempenho, pois a maioria apresentou domínio do conteúdo, respondendo o questionamento por meio de argumentos convincentes, correspondendo assim ao esperado.

- **Edição de 2012**

O tema dessa questão proposto aos alunos foi sobre “A violência na atualidade”. Porém, assim como na primeira questão discursiva dessa edição, o enunciado explicitou que deveria ser elaborado um único texto seguindo alguns itens do próprio enunciado, foi alta a parcela de alunos que respondeu cada item do enunciado isoladamente. Portanto, analisar-se-á as respostas de acordos com itens respondidos.

O primeiro item foi “tecnologia e violência”. A maioria dos respondentes tiveram dificuldades em relacionar tecnologia, violência e escola, muitos vincularam a violência à veiculada na televisão, na internet e nos jogos virtuais, poucos relacionaram a violência com o contexto socioeconômico.

O segundo item que seria utilizado para sustentar os argumentos dos estudantes na elaboração do texto foi “causas e consequências da violência na escola” que, apesar de entendido pelos alunos, não foi bem colocado no texto devido à confusão observada entre o significado de causa e consequência, que são meios de argumentação em um texto dissertativo-argumentativo.

Algumas das respostas a esse item apontaram a ineficiência do poder público, a falta de investimentos, o baixo salário dos professores e a ausência de profissionais qualificados como as causas do aumento da violência. Outras frequentes respostas sobre a causa da violência foram as transposições da violência tratada nos filmes e jogos para a realidade.

O terceiro item de fundamentação para a argumentação foi “proposta de solução para violência na escola”. Muitas foram as propostas de solução baseadas neste item, porém, muitas dessas propostas estavam relacionadas às experiências pessoais dos estudantes e ligadas ao senso comum, não se buscando a contextualização do tema ou da proposta ao que de fato permeia a sociedade como um todo.

De um modo geral, os alunos mostraram, mais uma vez, dificuldade em redigir o texto, apresentando-se aquém do assunto em muitos aspectos, além da inabilidade em estabelecer conectores entre as partes do texto.

Apesar dos itens fornecidos tratarem de tecnologia, educação e violência, este termo foi o mais utilizado, em se tratando do ambiente escolar e, segundo os

alunos, estava associado aos vínculos afetivos que o adolescente tem em âmbito familiar, devido à ausência dos pais em muitas etapas de formação dos filhos, por estarem, em grande parte do tempo no trabalho. Além disso, o divórcio dos pais e a violência contra crianças também foram apontados como causa da violência escolar.

A má formação de professores, os baixos salários e a insatisfação com o ambiente escolar também foram citados como os causadores da violência na escola. Ficou evidente o anseio, por parte dos alunos, por escolas em tempo integral, que servissem como um lugar de apoio tanto para as crianças e adolescentes quanto para a família, nesse caso, a escola é entendida no sentido assistencial e social. Vê-se, neste sentido, que até o ano de 2012, os estudantes avaliados ainda têm em suas mentes a ideia de que cabe à escola o papel de formar os cidadãos, onde a família, que é a base, é vista em papel secundário. Nota-se que, a educação tida em âmbito familiar e escolar ainda é confundida por muitos, que acabam delegando às escolas, mais precisamente aos professores a maior responsabilidade no papel de educar crianças e adolescentes, educação esta que perpassa as “paredes” da sala de aula.

Dentre as propostas de solução teve-se: educação familiar, ensino religioso, maior segurança nas escolas e o retorno do papel do professor como um profissional respeitado pelos poderes municipais e estaduais.

Foi grande a incidência de respostas que se referiram às leis, porém pouco o entendimento de legalidade. Poucos foram os alunos que trataram a questão com a profundidade esperada de concluintes de cursos universitários, a maioria não conseguiu sequer conectar as ideias e construir um texto razoável, utilizando, inclusive o linguajar mais próximo à linguagem falada do que à escrita.

Assim, ainda foi possível se identificar a deficiência de argumentação, além de problemas gramaticais (ortografia, concordância, pontuação, regência, etc.). Houve também o uso indiscriminado de letras maiúsculas e minúsculas em uma mesma frase, sem obedecer o critério formal da língua portuguesa.

### 5.2.3.2 Componente Específico

Tabela 20 – Estatísticas básicas das Questões Discursivas de Conhecimento Específico, segundo Estudantes Participantes – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Estatísticas	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
População	104.109	122.370	176.254
Presentes	56.213	106.771	140.180
Média	21,9	19,71	14,6
Erro padrão da média	0,1	0,05	0,0
Desvio padrão	15,9	17,9	17,1
Nota mínima	0,0	0,0	0,0
Mediana	20,8	17,5	8,3
Nota Máxima	90,8	94,1	95,0

Fonte: A autora (2016)

Por meio da Tabela 20, nota-se que as médias das questões discursivas de Conhecimento Específico se apresentaram decrescentes, como em grande parte das demais tabelas analisadas e inferiores às médias das questões discursivas de Formação Geral. As notas máximas das edições de 2006 e 2009 (90,8) e (94,1), respectivamente, também diminuiriam se comparadas às da tabela 19, a nota máxima de 2012 se manteve constante se comparada à da apresentada nesta tabela.

O que, de forma geral, demonstra que o baixo desempenho dos estudantes nas questões discursivas de conhecimento específico se deve não somente à maior complexidade desse tipo de questão, mas também a uma dificuldade, por parte dos estudantes de Administração, de discorrer sobre temas específicos da área. O que pode se tornar uma tendência, haja vista os baixos resultados apresentados na edição de 2012 em vários aspectos.

### 5.3 Percepção Sobre a Prova

Neste item será demonstrada a percepção dos estudantes concluintes sobre a prova aplicada pelo Enade nas três edições aqui abordadas. Essas percepções foram mensuradas por meio de nove questões que avaliaram desde o grau de dificuldade até o tempo gasto para concluí-la.

### 5.3.1 Grau de dificuldade da parte de Formação Geral da prova

Tabela 21 – Percentual de estudantes participantes que avaliaram o grau de dificuldade na prova de Formação Geral como *Difícil* ou *Muito difícil*, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Região	Estudantes Participantes em %		
	2006	2009	2012
<b>Norte</b>	20,6%	27,8%	43,3%
<b>Nordeste</b>	17,1%	18,1%	25,7%
<b>Sudeste</b>	21,7%	23,6%	30,3%
<b>Sul</b>	26,0%	27,3%	37,2%
<b>Centro-Oeste</b>	27,0%	28,8%	35,2%

Fonte: A autora (2016)

Conforme a Tabela 21, a edição de 2012 apresentou os maiores percentuais em todas as regiões, indicando que o número de estudantes avaliados nesta edição que achou a prova como difícil ou muito difícil foi maior do que nas edições anteriores. Vale ressaltar que se trata da prova de Formação Geral, o que pode justificar as baixas notas médias e o baixo desempenho, como os já vistos em outras tabelas pelos estudantes avaliados naquela edição.

Acredita-se assim que, os resultados decrescentes se deem pelo fato de alguns estudantes não apresentarem, nos últimos anos, conhecimentos suficientes nem sobre a parte de Formação Geral, nem de Conhecimento Específico, o que lhes acarreta maiores resultados quanto ao grau de dificuldade da prova e, conseqüentemente, menores resultados quanto às notas/médias obtidas na mesma.

### 5.3.2 Grau de dificuldade da parte de Formação Específica da prova

Tabela 22– Percentual de estudantes que avaliaram o grau de dificuldade na prova de Conhecimento Específico como *Difícil* ou *Muito difícil*, segundo Região – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Região	Estudantes Participantes em %		
	2006	2009	2012
Norte	23,0%	33,0%	44,7%
Nordeste	21,0%	25,2%	38,9%
Sudeste	26,0%	29,4%	41,7%
Sul	27,0%	33,6%	49,1%
Centro-Oeste	28,0%	35,1%	46,2%

Fonte: A autora (2016)

Na Tabela 22, pode-se perceber que, os percentuais da edição de 2012 mostraram-se maiores do que os das demais edições assim com tabela anterior, o que reafirma o que já fora descrito, ou seja, a prova, tanto de Formação Geral quanto

de Conhecimento Específico, foi vista com um grau de dificuldade maior pelos estudantes avaliados nesta última edição, reforçando assim, seus baixos desempenhos nas provas, percebidos em números nas várias tabelas mostradas no decorrer deste trabalho.

Outra questão importante a se destacar é que os baixos desempenhos apresentados na edição de 2012 não são vistos somente por parte de estudantes de IES privadas, mas também de públicas que, por suas vezes apresentam resultados mais altos nas edições de 2006 e 2009 e inferiores na edição de 2012, o que também é reforçado pelo descrito no parágrafo retro.

#### 5.4 Distribuição dos Conceitos

Neste item serão apresentados os resultados, de forma comparativa, do panorama nacional de cursos, bem como dos conceitos por Categoria Administrativa, estratificados por região.

##### 5.4.1 Panorama nacional da distribuição dos Conceitos

Tabela 23– Número e percentual de Cursos Participantes a Âmbito Nacional, segundo Conceito obtido – Enade 2006/2009/2012 – Administração

CONCEITO	BRASIL					
	2006		2009		2012	
	N	%	N	%	N	%
Total	1475	100	1663	100	1.554	100
1	21	1,4	35	2,1	33	2,1
2	342	23,2	530	31,9	524	33,4
3	583	39,5	617	37,1	672	43,2
4	133	9	161	9,7	215	13,8
5	54	3,7	71	4,3	96	6,2
SC	342	23,2	249	15	14	0,9

Fonte: A autora (2016)

Em âmbito nacional, observando a Tabela 23, vê-se que, predominaram os cursos que obtiveram conceito 3 nas três edições, sendo que na edição de 2006, esses cursos correspondem a 39,5% do total nacional; em 2009, 37,1% e; em 2012, 43,2%, sobressaindo-se esta última edição. Em 2006, pouco mais de 23% dos cursos foram classificados com Conceito 2 e 9% com Conceito 4, foi significativo também o percentual de cursos Sem Conceito (23,2%); em 2009 foram classificados com

Conceito 2, 31,9% dos cursos; com Conceitos 4 e 5, 9,7% e 4,3%, respectivamente; em 2012, no Conceito 2 foram classificados 33,4% dos cursos, e nos Conceitos 4 e 5, 13,8% e 6,2%, respectivamente.

#### ***5.4.2 Conceitos por Categoria Administrativa e por Região***

A Tabela 24 apresenta a distribuição dos cursos participantes das três edições do Enade, por Categoria Administrativa, de acordo com os conceitos por eles alcançados, segundo as Regiões brasileiras. Tabela essa que, não pôde ser colocada antes de sua interpretação como as demais devido ao seu tamanho. Logo, analisar-se-á primeiro os resultados em âmbito nacional e depois em âmbito regional.

Tabela 24 – Número de Cursos Participantes por Categoria Administrativa, segundo Regiões e Conceitos – Enade 2006/2009/2012 – Administração

Região/Conceito	Categoria Administrativa								
	Total			Pública			Privada		
	2006	2009	2012	2006	2009	2012	2006	2009	2012
<b>Brasil</b>	<b>1.475</b>	<b>1.883</b>	<b>1.554</b>	<b>163</b>	<b>221</b>	<b>197</b>	<b>1.312</b>	<b>1.442</b>	<b>1.357</b>
1	21	35	33	1	4	3	20	31	30
2	342	530	524	10	21	22	332	509	502
3	583	617	672	34	48	76	549	569	596
4	133	161	215	46	47	61	87	114	154
5	54	71	96	35	42	34	19	29	62
<b>SC</b>	<b>342</b>	<b>249</b>	<b>14</b>	<b>37</b>	<b>59</b>	<b>1</b>	<b>305</b>	<b>190</b>	<b>13</b>
Norte	<b>78</b>	<b>101</b>	<b>88</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>66</b>	<b>84</b>	<b>73</b>
1	1	10	3	0	1	0	1	9	3
2	32	45	35	1	2	3	31	43	32
3	17	19	42	2	4	9	15	15	33
4	5	4	7	5	3	2	0	1	5
5	0	1	0	0	1	0	0	0	0
<b>SC</b>	<b>23</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>16</b>	<b>0</b>
Nordeste	<b>238</b>	<b>293</b>	<b>262</b>	<b>39</b>	<b>70</b>	<b>54</b>	<b>199</b>	<b>223</b>	<b>208</b>
1	7	9	7	0	0	1	7	9	6
2	56	96	94	2	1	2	54	94	92
3	73	85	110	4	10	25	69	75	85
4	26	31	36	15	22	19	11	9	17
5	10	10	14	9	7	7	1	3	7
<b>SC</b>	<b>66</b>	<b>62</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>57</b>	<b>33</b>	<b>1</b>
Sudeste	<b>667</b>	<b>742</b>	<b>697</b>	<b>36</b>	<b>50</b>	<b>49</b>	<b>631</b>	<b>692</b>	<b>648</b>
1	1	5	14	0	0	0	1	5	14
2	135	228	233	2	9	8	133	219	225
3	310	304	289	11	6	10	299	298	279
4	55	66	97	4	7	16	50	59	81
5	27	37	55	13	15	15	14	22	40
<b>SC</b>	<b>139</b>	<b>102</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>134</b>	<b>89</b>	<b>9</b>
Sul	<b>330</b>	<b>346</b>	<b>336</b>	<b>50</b>	<b>57</b>	<b>51</b>	<b>280</b>	<b>289</b>	<b>285</b>
1	3	0	1	0	0	1	2	0	0
2	56	78	83	3	7	3	53	71	80
3	148	162	168	11	17	20	137	145	148
4	39	50	62	13	10	19	26	40	43
5	13	18	19	10	14	8	3	4	11
<b>SC</b>	<b>71</b>	<b>38</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>29</b>	<b>3</b>
Centro-Oeste	<b>162</b>	<b>181</b>	<b>171</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>136</b>	<b>154</b>	<b>143</b>
1	9	11	8	0	3	1	9	8	7
2	63	83	79	2	1	6	61	82	73
3	35	47	63	6	11	12	29	36	51
4	8	10	13	8	5	5	0	5	8
5	4	5	8	3	5	4	1	0	4
<b>SC</b>	<b>43</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>36</b>	<b>23</b>	<b>0</b>

Fonte: A autora (2016)

Em termos de Brasil, depreende-se que, a rede pública obteve, na edição de 2006, os cursos de maiores resultados foram os 46 que apresentaram Conceito 4,



na edição de 2009, os 59 cursos que se sobressaíram apresentaram-se como Sem Conceito e na edição de 2012, a maioria dos cursos (76) apresentaram Conceito 3. Percebeu-se uma diminuição dos cursos Sem Conceito na rede pública nas três edições, em 2006 esses cursos somaram-se em 37; em 2009, em 57; e em 2012, apenas 1.

Já a rede privada apresentou uma constância em se tratando dos cursos com maiores resultados e que obtiveram Conceito 3 nas três edições, apresentando-se esses cursos em um total de 549, 569 e 596 em 2006, 2009 e 2012, respectivamente. Também houve uma diminuição dos cursos que se apresentaram no grupo Sem Conceito, assim como na rede pública. Já o Conceito 1 foi representado por mais cursos participantes das redes privadas do que públicas nas três edições.

Nota-se que a quantidade de cursos participantes em cada umas dessas Categorias Administrativas (pública e privada) se equipara ao número total de cursos, ou seja, a rede privada sempre apresenta um número superior de alunos/cursos inscritos do que a rede pública, o que implica dizer que os resultados dessa rede referentes aos Conceitos tendem a ser superiores.

Em âmbito regional, observa-se que a região Norte contou com maior participação de cursos que obtiveram Conceito 3 na rede pública no decorrer das três edições, enquanto que a rede privada apresentou maiores resultados nas três edições no Conceito 2. Já os cursos que ficaram Sem Conceito sofreram gradativa diminuição, de forma geral, na rede pública e na privada, sendo que na edição de 2012 esta rede não apresentou nenhum curso naquele Conceito. Na rede pública apenas 1 curso obteve nota cinco em 2009, já a rede privada não apresentou nenhum curso com este Conceito em nenhuma das edições. Essa região foi representada pelo menor número de cursos.

Na região Nordeste houve uma predominância de cursos que obtiveram Conceito 5 na rede pública durante as três edições, enquanto que na rede privada houve a prevalência de cursos que apresentaram Conceito 2. Na rede pública, somente a edição de 2012 apresentou um curso no Conceito 1, as redes privadas foram representadas em todas as edições nesse Conceito.

Na região Sudeste, o Conceito 5 foi representado pela maioria dos cursos da rede pública nas três edições, já na rede privada esse Conceito foi representado pelo menor número de cursos, ficando atrás somente dos cursos com Conceito 1 que,

por sua vez, na rede pública não teve nenhum curso participante nas edições. Na rede privada o Conceito 3 foi o melhor representado. Essa região teve a melhor representação de cursos participantes, de forma geral.

A região Sul, quanto à rede pública, nas três edições houve um crescimento dos cursos que apresentaram Conceito 3 e 4, nessa ordem, e um decréscimo nos que obtiveram Conceito 5 e Sem Conceito. A rede privada prevalecem os cursos com Conceito 3, seguidos dos cursos com Conceitos 2 e 4, nessa ordem, apresentando resultados crescentes no decorrer das edições, diferente dos cursos Sem Conceito, que apresentaram-nos de forma decrescente.

Na região Centro-Oeste, a rede pública apresentou os maiores resultados nos cursos com Conceito 3, que mantiveram-se constantes entre as edições. A rede privada teve uma maior quantidade de cursos com Conceito 2, de forma crescente no decorrer das edições.

## **5.5 Características dos Estudantes**

O processo avaliativo do Enade abrange, além das provas de Formação Geral e Componente Específico, o Questionário do Estudante que, outrora era enviado previamente aos estudantes e deveria ser respondido e devolvido no momento de realização da prova, porém, a partir de 2012, esse Questionário passou a ser respondido pelos estudantes participantes na página do Inep.

Esse Questionário possibilitou um maior conhecimento a respeito do perfil do estudante, bem como sua condição socioeconômica e as variáveis que influenciam no seu desempenho na prova, além de entender qual a visão destes alunos a respeito do ambiente de ensino-aprendizagem ao qual estão inseridos etc.

Assim, extraiu-se e selecionou-se algumas informações contidas nesse Questionário que serão apresentadas, por meio de tabelas, neste item.

## 5.5.1 Perfil do aluno

### 5.5.1.1 Características Socioeconômicas

A Tabela 25 trata da distribuição por sexo dos estudantes avaliados pelo Enade em porcentagem, antes de analisá-la, vale aqui ressaltar o porquê de sua elaboração somente com essas informações: na edição de 2006 do Enade esta tabela não foi elaborada, porém apresentou o percentual do sexo dos estudantes, sem distinguir ingressantes e concluintes; na edição de 2009 foi elaborada com a separação dos grupos ingressantes e concluintes, sendo este o grupo avaliado neste trabalho; já a edição de 2012 contou com uma tabela separada por sexo, idade e, como já se sabe, referindo-se somente aos concluintes.

Quanto à faixa etária dos estudantes, as três edições apresentaram seus respectivos resultados, nas duas primeiras edições apesar de haver a separação entre ingressantes e concluintes, essas informações não foram encontradas nas tabelas dos relatórios. Já a edição de 2012 apresentou em uma única tabela a distribuição por sexo e faixa etária. Por outro lado, nenhuma das edições seguiu o mesmo intervalo em se tratando desta variável, o que também contribuiu para o não aparecimento desses dados na tabela.

Assim, buscando-se uma maior padronização dos dados encontrados e uma melhor forma de justapô-los, a tabela a seguir foi elaborada contendo somente as informações dos sexos dos estudantes participantes concluintes nas edições de 2009 e 2012, e ingressantes e concluintes da edição de 2006.

Tabela 25 – Distribuição por sexo dos estudantes em % – Enade 2006/2009/2012 – Administração

Masculino			Feminino		
2006	2009	2012	2006	2009	2012
47,3%	45,5%	43,5%	52,7%	54,5%	56,5%

Fonte: A autora (2016)

Na edição de 2006, houve a distribuição do sexo do inscrito incluindo-se os dois grupos de estudantes participantes na época (ingressantes e concluintes), entretanto seus resultados se equiparam aos das demais edições, que tratam somente dos alunos concluintes. Vê-se que o sexo masculino foi representado por

47,3%, 45,5% e 43,5 em 2006, 2009 e 2012, respectivamente, havendo assim, um pequena queda, em números, desse grupo. O sexo feminino também apresentou resultados constantes entre as três edições, 52,7%, 54,5% e 56,5% naquelas três edições, porém, diferente do sexo masculino, o feminino apresentou um pequeno crescimento.

Quanto à faixa etária, segundo dados dos relatórios dessas três edições, em 2006 os percentuais mais elevados se encontram na faixa etária de 24 anos (36,5%) e entre 25 e 29 (34,3%); em 2009, entre 20 e 25 anos (44,15%) e entre 25 e 30 anos (30,0%)e; em 2012, até 24 anos (37,75) e entre 25 e 29 anos (30,2%). Não houve, neste caso, uma discrepância tão nítida entre os resultados das faixas etárias no decorrer das edições, indicando que, cada edição tende a ser representada pelas mesmas faixas etárias.

Tabela 26 – Distribuição da cor/etnia dos estudantes participantes em % - Enade 2006/2009/2012 - Administração

Cor/Etnia	Estudantes Participantes		
	2006	2009	2012
Branco(a)	74,4%	68,7%	65,5%
Negro (a)	3,5%	5,9%	6%
Pardo(a) / Mulato(a)	18,9%	22,9%	26%
Amarelo(a) (de origem oriental)	2,1%	1,9%	1,9%
Indígena ou de origem indígena	0,8%	0,7%	0,5%

Fonte: A autora (2016)

A Tabela 26 mostra que nas três edições o percentual de estudantes que se declararam de cor branca apresentou os maiores resultados, sendo que em 2006 esse percentual foi de 74,4%; em 2009, de 68,87% e; em 2012, de 65,5%, seguido do percentual de estudantes que se declaram de cor/etnia parda ou mulata, sendo este grupo representando por 18,9% em 2006; 22,9%, em 2009 e; 26%, em 2012. Constatando-se assim que o primeiro grupo citado (cor branca) apresentou-se de forma decrescente da primeira edição para a última, enquanto que o segundo grupo (cor parda/mulata) apresentou-se de forma crescente no decorrer das edições. Também houve aumento no percentual de estudantes que se declaram de cor negra entre as três edições.

Tabela 27 – Distribuição da faixa de renda mensal familiar dos estudantes participantes em % - Enade 2006/2009/2012 – Administração

Faixa de renda mensal familiar	Estudantes Participantes em (%)		
	2006	2009	2012
Até 3 salários mínimos	15,7%	24,4%	29,2%
Acima de 3 até 6 salários mínimos	22,1%	35,7%	38,3%
Acima de 6 até 10 salários mínimos	31,4%	20,6%	18,6%
Acima de 10 até 30 salários mínimos	25,9%	14,8%	10,4%
Acima de 30 salários mínimos	4,4%	3,3%	2,5%

Fonte: A autora (2016)

A Tabela 27 demonstra que, na edição de 2006 o maior percentual era de estudantes com renda familiar acima de 6 até 10 salários mínimos, nas edições de 2009 e 2012, os percentuais foram maiores na faixa de renda acima de 3 até 6 salários mínimos.

Apesar dos percentuais das respostas dos estudantes apresentados nessa tabela não serem separados por Categoria Administrativa, Moreira Mauro et al (2015) confirmam que as pessoas que têm maior renda e/ou poder aquisitivo tendem a estudar nas IES públicas ao passo que as vagas ociosas das IES privadas tendem a ser preenchidas por estudantes provenientes de escolas públicas, fato que pode ser confirmado e consolidado com a interpretação dos dados da tabela seguinte.

A Tabela 28 apresenta a distribuição do tipo de escola cursada no ensino médio segundo Categoria Administrativa cursada no ensino superior pelos estudantes avaliados no tocante às edições de 2006 e 2012, que apresentaram o percentual das respostas dos estudantes das IES públicas e privadas de forma separada, enquanto que a edição de 2009 apresentou seus resultados sem essa separação, ou seja, o percentual das respostas desta edição se refere aos dois grupos de Categoria Administrativa (pública e privada) como se vê na Tabela 28.

Tabela 28 – Distribuição do tipo de escola cursada no Ensino Médio, segundo Categoria Administrativa sendo cursada no Ensino Superior pelos avaliados em % – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Tipo de escola cursada no Ensino Médio	Categoria Administrativa das IES				
	2006		2009	2012	
	Pública	Privada	Pública e Privada	Pública	Privada
Todo em escola pública	5,3%	47,5%	60,7%	51,5%	66,75
Todo em escola privada (particular)	4,2%	26,3%	25,6%	38,7%	21,2%
A maior parte em escola pública	0,6%	6,0%	6,0%	4,3%	5,6%
A maior parte em escola privada (particular)	0,5%	5,0%	4,4%	4,0%	3,8%
Metade em escola pública e metade em escola privada (particular)	0,3%	4,0	3,2%	1,5%	2,7%

Fonte: A autora (2016)

Analisando os dados da Tabela 28, o percentual de estudantes das IES privadas e que cursaram o ensino médio todo em escola pública foi o maior nas três edições, com 47,5% e 66,7 em 2006 e 2012, respectivamente e mesmo a edição de 2009 não especificando qual a Categoria Administrativa dos estudantes que responderam, infere-se que também se tratam, em maioria, de estudantes da rede privada, apresentando esta edição o percentual de 60,7%.

O segundo maior percentual é dos estudantes que cursaram o ensino médio todo em escola privada (particular). Na edição de 2006 os estudantes de IES privada representaram o maior percentual, afirmando terem cursado o ensino médio também na rede privada (26,3%); em 2009 o percentual foi de 25,6%, porém não se sabe a qual Categoria Administrativa esse percentual se refere e; em 2012 o percentual foi maior para os alunos de IES públicas (38,7%).

Tais dados confirmam o pensamento de Moreira et al. (2015) quando este explica que os estudantes de IES privadas são, em grande parte, oriundos de escolas públicas, enquanto que os que estudam em IES públicas são, em sua maioria, oriundos de escolas particulares.

Consoantes ao autor supra, May (2004) e Bori e Durham (2000) afirmam que há um concepção geral de que alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas particulares teriam uma maior facilidade em adentrar nas instituições públicas de educação superior.

Informações essas que corroboram com Freitas Júnior et al (2008), Neves et al ([2011?]) e Silva et al (2015), quando afirmam o rápido crescimento das IES

privadas, e a preocupação do MEC em reforçar os mecanismos de avaliação que meçam a qualidade do ensino destas instituições, haja vista serem compostas, em sua maioria, por alunos provenientes de escolas públicas que, por suas vezes, têm, em alguns casos, menores chances de adentrarem nas IES públicas devido à algumas deficiências encontradas na rede pública de ensino de níveis fundamental e médio.

Percebe-se nas Tabelas 27 e 28 de renda familiar mensal e escola cursada no ensino médio, respectivamente, resultados que apontam uma prevalência de estudantes com renda acima de 3 à 6 salários mínimos (aproximadamente 5.280,00). Quanto ao tipo de escola cursada no ensino médio percebe-se que, em 2009 os percentuais dos estudantes de IES privadas que declararam estudar maior parte do ensino médio em escolas públicas apresentaram-se de forma significativa, justificando o pensamento dos autores supra, já os resultados da edição de 2012 não corresponde ao pensamento desses autores, apresentando percentuais equânimes nesse aspecto, o que denota não haver, nesta edição, uma divergência tão acentuada entre os estudantes de IES públicas e privadas e seus respectivos ensino médios cursados.

#### *5.5.1.2 Características relacionadas às fontes de informação e de pesquisa, ao hábito de estudo e à participação em atividades acadêmicas extraclasse*

Nesse item, a primeira tabela a ser demonstrada é a referente ao acesso à internet, sendo que, resumiu-se à essa fonte de informação, tendo em vista que a edição de 2006 contém outros meios de informação, bem como jornais, revista, TV e rádio, a edição de 2009 se restringiu a analisar somente à fonte internet, e a edição de 2012 não apresentou nenhuma dessas fontes de informação.

Assim, mais uma vez, buscou-se a padronização dos dados, escolhendo-se o meio de informação comum às duas primeiras edições – a internet – colocando seus respectivos resultados na Tabela 29.

Tabela 29 – Acesso à internet dos estudantes participantes em % – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Estudantes Concluintes em %		
2006	2009	2012
45%	53,8%	-

Fonte: A autora (2016)

Assim, compreende-se que, 45% dos estudantes concluintes e participantes da edição de 2006 têm acesso à internet, e 53,8%, participantes da edição de 2009, têm acesso à mesma fonte. Importante destacar que, o percentual da edição de 2009 foi retirado da tabela presente no Relatório de 2009, onde se encontram informações somente de acesso à internet, dispostas de acordo com a pergunta: “Como a sua instituição viabiliza o acesso dos estudantes de graduação à internet para atender as necessidades do curso?” onde os 53,8% equivale à resposta dos estudantes que disseram ter acesso pleno à internet.

Observa-se que houve um aumento no acesso à internet por parte dos estudantes do ensino superior, porém não tão acentuado nas duas edições avaliadas. Sabe-se que a internet é um importante fator que favorece o conhecimento e a atualização das informações às pessoas de quaisquer níveis, principalmente em se tratando ao público-alvo deste trabalho – os estudantes de ensino superior, haja vista a necessidade de se fazer pesquisas e trabalhos acadêmicos que podem ser encontrados em livros, mas os são, cada vez mais, por meio da internet devido à praticidade e objetividade por ela oferecidos.

Importante ressaltar também, que por mais que o acesso à internet influencie na atualização das informações dos estudantes, essa fonte não foi apresentada na edição de 2012 - a mais recente apresentada neste trabalho.



Tabela 30 – Distribuição das horas de estudo semanais fora das aulas, segundo Estudantes Participantes em % - Enade 2006/2009/2012 – Administração

Horas de estudo	Estudantes Participantes em %		
	2006	2009	2012
Nenhuma, apenas assisto às aulas	13,1%	16,9%	11,8%
Uma à três.	46,9%	55,9%	57,2%
Quatro à sete.	27,5%	18,6%	21,5%
Oito à doze	4,8%	5,7%	6,2%
Mais de doze.	4,8%	3,0%	3,4%

Fonte: A autora (2016)

Na Tabela 30 percebe-se uma predominância de estudantes nas três edições que afirmam estudar entre uma à três horas semanais, fora da sala de aula, onde esse percentual aumenta na última edição – 2012 – apresentando um percentual de 57,2%, enquanto que as demais edições – 2006 e 2009 – apresentam, nesse grupo de horas, os percentuais 46,9% e 55,9%, respectivamente. Já os percentuais de estudantes que declararam assistir somente as aulas, sem horas extras de estudos, tenderam a diminuir com o decorrer das edições com 13,1% em 2006; 16,9%, em 2009 e; 11,8%, em 2012, percebe-se assim, que não houve uma diminuição tão acentuada nesse grupo de horas.

Tabela 31 – Distribuição da frequência de utilização da biblioteca, segundo Estudantes Participantes em % - Enade 2006 - Administração

Frequência de uso da biblioteca	Estudantes Participantes em %
	2006
Utilizo muito frequentemente	18,4%
Utilizo com razoável frequência	47,6%
Utilizo raramente	30,0%
Nunca a utilizo	3,3%
A instituição não tem biblioteca	0,4%

Fonte: A autora (2016)

Tabela 32 – Distribuição da frequência de utilização da biblioteca, segundo Estudantes Participantes em % - Enade 2009/2012 - Administração

Frequência de uso da biblioteca	Estudantes Participantes em %	
	2009	2012
Diariamente	8,9%	9,7%
Entre duas e quatro vezes por semana	26,4%	23,5%
Uma vez por semana	22,7%	23,0%
Uma vez a cada 15 dias	9,6%	10,5%
Somente em épocas de provas e/ou trabalhos	28,8%	27,9%
Nunca a utilizo	3,1%	4,4%
A instituição não tem biblioteca	0,5%	0,9%

Fonte: A autora (2016)

As Tabelas 31 e 32 foram assim separadas devido à disposição das informações encontradas em cada uma das edições, nesse caso, as informações da edição do ano de 2006 encontraram-se de forma diferente às das outras edições, mesmo se tratando do mesmo aspecto, como pode ser visto, o que impossibilitou sua justaposição na mesma tabela da edição de 2009 e 2012. Entretanto essa divisão das tabelas não interferiu nas análises de suas informações.

Assim, pode-se perceber que os percentuais dos estudantes que declaram frequentar a biblioteca somente em épocas de trabalho e/ou trabalhos nas edições de 2009 e 2012 foram os maiores sendo que aquela edição apresentou 28,8% e esta, 27,9%. A edição de 2006 apresentou os maiores percentuais nas opções “utilizo com razoável frequência” (47,6%) e “utilizo raramente” (30,0%), respectivamente.

Equiparando as três edições, nota-se que a opção “razoável frequência” da edição de 2006 se refere à frequência dos estudantes à biblioteca somente no período de provas e/ou trabalhos das edições de 2009 e 2012. A opção “utilizo raramente” da edição de 2006, segundo lugar em termos de percentual, não se enquadra nessa análise haja vista que as provas e os trabalhos não ocorrem de forma tão “rara”, mas sim, de forma frequente, motivo pela qual a primeira opção de 2006, em percentual, se equipare às opções de maiores resultados das outras edições. O que denota que estudar somente no período de provas, o que inclui frequentar a biblioteca somente neste período ou utilizá-la raramente seja uma tendência dos estudantes.

Resultados esses que podem justificar a prevalência de estudantes que declararam estudar somente de uma à três horas semanais, vistos na tabela 30, e assim poderia se afirmar que uma, duas ou três horas semanais poderiam ser usadas para se dedicar aos estudos, visando o preparo para as avaliações, trabalhos etc,

porém, essas avaliações, trabalhos etc não ocorrem semanalmente, assim, a tendência é que o número de horas semanais diminua, tendo em vista que a maioria dos estudantes só estudam (frequentam a biblioteca) nos períodos de provas ou trabalhos.

Tabela 33 - Distribuição da participação dos estudantes participantes em atividades acadêmicas extraclasse – Enade 2006/2009/2012 - Administração

Participação em atividades acadêmicas extraclasse	Estudantes Concluintes		
	2006	2009	2012
Atividades de iniciação científica ou tecnológica	5,8%	34,6%	26,2%
Atividades de monitoria	3,7%	19,4%	17,2%
Atividades de Extensão promovidas pela Instituição	12,4%	26,2%	25,9%

Fonte: A autora (2016)

Observando a Tabela 33, vê-se que na edição de 2006 as atividades de Extensão foram as mais realizadas pelos estudantes, porém não representando um percentual tão elevado (12,4%), as edições de 2009 e 2012 foram representadas, em sua maioria, pelas atividades de Iniciação Científica, com 34,6% e 26,2%, cada. As atividades de Monitoria apresentaram os menores resultados nas três edições.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi desenvolvido tendo como objetivo verificar e responder qual foi o desempenho dos cursos de Administração no Brasil, a partir dos relatórios do Enade, tendo por base suas notas nacionais no Componente Específico 41,3, 37,5 e 31,9 nas edições de 2006, 2009 e 2012, respectivamente.

Sabe-se da importância que os processos e/ou mecanismos de avaliação da educação superior exercem nesta esfera, haja visto os graduandos advirem de uma educação básica que, hoje, passa, em sua maioria, por situações caóticas e, por conseguinte, tendem a tornar-se em um ciclo vicioso desencadeando, futuramente, em um desempenho aquém do esperado por parte dos estudantes. Fato comprovado por meio da percepção e compreensão do desempenho do alunado avaliado pelo Enade.

A partir dos resultados obtidos na análise dos dados, percebeu-se, de forma geral, que não houve aumento quanto ao número de cursos participantes das redes públicas e privadas no decorrer das edições em nenhuma das cinco regiões, porém a região Sudeste apresentou o maior número de cursos. Quanto ao número de estudantes, constatou-se um aumento, em especial na edição de 2012 nas duas Categorias Administrativas, porém com destaque à rede privada e região Sudeste, o que contraria as pesquisas que afirmavam a diminuição dos estudantes avaliados pelo Enade após a mudança que colocou apenas os concluintes como participantes. Vê-se que, apenas com os concluintes sendo avaliados, o número de estudantes cresceu expressivamente.

Quanto às notas médias do Componente de Formação Geral e no Componente de Formação Específica por Categoria Administrativa, a rede pública se sobressaiu ante as privadas. Contudo as duas redes apresentaram um desempenho decrescente no decorrer das edições.

Quanto às regiões, nenhuma se destacou em notas, apresentando-as decrescentes nas três edições.

Quanto às duas primeiras questões discursivas, que avaliaram as habilidades dos estudantes em compreender e argumentar o tema proposto, constatou-se que foram poucos os alunos que conseguiram atender o esperado pela questão e nivelar-se ao grau de concluintes avaliados, por outro lado, grande parcela

dos estudantes avaliados apresentaram dificuldades em compreender o enunciado da questão e responder o tema proposto, o fazendo sem obedecer as normas da língua portuguesa, usando vocabulários mais próximos da língua falada do que da escrita, além de problemas com a ortografia, pontuação e conectores entre os parágrafos do texto, tendo em vista que essas questões exigiram aos alunos respostas em forma de texto dissertativo-argumentativo.

Observou-se também, de forma geral, a baixa frequência à biblioteca pelos estudantes, sendo feita somente nos períodos de provas ou trabalhos. Muitos afirmaram estudar de uma à três horas por semana, existe assim, uma tendência dos estudantes à pouca leitura. A participação em projetos de pesquisas, projetos de extensão e monitoria também foi baixa, apesar de alguns afirmarem serem essas atividades de suma importância para sua formação.

Vê-se que os estudantes das redes públicas, diferente das privadas, apresentaram melhores resultados no tocante às questões que avaliaram seu grau de conhecimento e desempenho, por se tratarem, em grande parte, de pessoas com maior renda, maior nível socioeconômico e que, por isso, estudaram em escolas particulares, onde contaram com melhores condições de ensino que lhes permitiram adentrar nas melhores universidades. As redes privadas, por sua vez, são compostas, em grande parte, por alunos oriundos de famílias com baixa renda que estudaram em escolas públicas, que nem sempre lhes oferecem boas condições de estudo.

Constata-se assim, que o baixo desempenho dos estudantes da rede privada seja motivado não só pelo problema advindo da educação básica, mas também, pelo que já fora discutido por alguns autores citados neste trabalho - o crescimento das IES privadas - que nem sempre ocorre de forma proporcional ao nível do ensino oferecido pelas mesmas, o que gera a inevitável pergunta: “Será se a preocupação está sendo maior com o número de IES construídas que, atrairão mais jovens devido à uma maior facilidade de ingresso, o que justifica o grande número de cursos e estudantes mostrados na pesquisa ou com a educação de qualidade que será oferecida à um maior número de jovens?”.

De forma geral, no decorrer das três edições foi percebido a participação de um maior número de cursos e estudantes e uma menor média e nota obtida pelos mesmos, ou seja, trata-se de duas variáveis inversamente proporcionais e percebidas nas duas Categorias Administrativas, pois as redes públicas mesmo apresentando

resultados melhores que as privadas, também apresentam um decréscimo, percebido, em especial, na edição de 2012, que pode ser causado pelo descomprometimento dos próprios estudantes desde a sua educação básica ou por problemas que podem acometer as próprias IES públicas. Fato que justifica o maior percentual de estudantes que avaliaram a prova como “Difícil ou Muito difícil” nesta edição.

Houve uma prevalência de estudantes que afirmaram não participar de atividades extraclasse, bem como monitoria, projetos de pesquisa e extensão, o que é preocupante tendo em vista serem essas atividades de extrema importância para o processo de formação acadêmica. O desinteresse pela leitura, com frequência à biblioteca somente nos períodos de provas ou trabalhos, e uma à três horas de estudo por semana também respondem o baixo desempenho do alunado nas provas de Formação Geral e Conhecimento Específico demonstrando desconhecimento sobre temas recorrentes, dificuldade em redigir e argumentar, além de erros ortográficos, de coerência e coesão. Há, portanto, uma urgência em se alertar para um número significativo de respostas que se afastam de um padrão mediano de qualidade esperado de um aluno concluinte em um curso de graduação.

Como sugestão vislumbra-se a necessidade de reforma da educação básica, a raiz que motiva todos os problemas diagnosticados. Sem melhores condições, o que inclui boa infraestrutura física, materiais didáticos atualizados e em bom estado, formação contínua dos professores na educação básica (ensinos fundamental e médio) mais precisamente nas escolas públicas, essa situação tornar-se-á em um ciclo vicioso, ou seja, os alunos, pegando-se por base alguns dos provenientes de escola pública, chegarão ao ensino superior por um processo mais fácil (provas realizadas pela instituição ou por financiamentos) com pouca “bagagem” de conhecimento o que tenderá a postergar-se e desencadear em baixos desempenhos quando submetidos à avaliações, ressalte-se que estas avaliações são feitas, geralmente, com os concluintes.

Diante o exposto, essas informações corroboram com o decréscimo do conceito geral do curso de Administração no Brasil, já observado pelas notas e consolidado por meio desses dados. Entende-se que, a educação deve ser melhorada em quaisquer das redes de ensino superior. E quando se trata das escolas, independente de renda, o ensino deve ser oferecido de forma igualitária, seja nas

públicas, seja nas particulares. Além da valorização dos professores com bons salários, cursos de formação continuada e boas condições de trabalho, valorização essa tão falada e divulgada, mas que ainda tem longos caminhos a percorrer. Sem essa, nenhuma política pública surtirá efeito, em se tratando da educação, para as gerações vindouras.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui Otávio B. de; AMBONI, Nério. **Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Administração**: como entendê-las e aplicá-las na elaboração e revisão do projeto pedagógico. Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2003.

BITTENCOURT, H.R.; VIALI, L.; CASARTELLI, A. de O.; RODRIGUES, A. de O. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, 2008.

BORI, Carolina M.; DURHAM, Eunice R. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Enade**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enade>>. Acesso em: 10 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES n. 134**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Parecer nº CNE/CES 0067/2003**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/2011/portaria\\_normativa\\_n40\\_12\\_de\\_zembro\\_2007.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/2011/portaria_normativa_n40_12_de_zembro_2007.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 01, de 13 de janeiro de 2014**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category\\_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 19 out. 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**, Campinas, v.1, n.1, p. 15-24, jul. 1996.

\_\_\_\_\_. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. **SciELO**, São Paulo, v. 15, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

ESCOBAR, Maria Andréa Rocha; DALFOVO, Michael Samir; VERDINELLI, Miguel Angel. Os índices IGC, Enade e Capes nos cursos de Administração. **UFSC**. v, 3.



2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2010v3n1p130>>. Acesso em: 25 set. 2016.

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES – ENADE 2006.

**Relatório síntese:** administração. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/download/enade/2006/relatorios/administracao\\_relatoriofinal.pdf](http://download.inep.gov.br/download/enade/2006/relatorios/administracao_relatoriofinal.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. – ENADE 2009. **Relatório síntese:** administração. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2009/2009\\_rel\\_sint\\_administracao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2009/2009_rel_sint_administracao.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. – ENADE 2012. **Relatório síntese:** administração. Disponível em: < [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2012/2012\\_rel\\_administracao.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2012/2012_rel_administracao.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: 2001. Ed. especial.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira de. Avaliação institucional nas instituições de educação superior: mecanismos de articulação e gestão universitária. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR , 16., 2007, Belém. **Anais...** Belém, 2007, p. 1-15. Cd-Room.

FREITAS JÚNIOR, Antônio de Araújo; CRUZ, Breno de Paula Andrade; SHARLAND, Elisa Maria Rodrigues. Reflexões sobre o indicador de diferença entre os Desempenho Observado e o Esperado na composição da nota do Enade: Um olhar a partir do campo do ensino de Administração. **FGV**, Rio de Janeiro, v, 9, 2008. Disponível em: < [http://app.ebape.fgv.br/academico/pdf/artigos\\_reflexoes.pdf](http://app.ebape.fgv.br/academico/pdf/artigos_reflexoes.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2016.

GASPARIN, João Luiz. **Formação do professor para competências e habilidades.** 2003. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacao/sem\\_ppe\\_2003/Trabalhos%20Completos/pdf/042.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2003/Trabalhos%20Completos/pdf/042.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: **UFRG**, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2016.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SILVA, Antonia Almeida; SILVEIRA, Adriana A. Dragone; JACOMINI, Márcia Aparecida; BRAZ, Terezinha Pereira. Trajetória da Avaliação da Educação Superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004). **FCC**, São Paulo, v. 16, jan./jun. 2005. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1224/1224.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

GLOBO NEWS. **Desempenho no Enem 2015 revela disparidade entre escolas particulares e públicas**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/desempenho-no-enem-2015-revela-disparidade-entre-escolas-particulares-e-publicas/5353401/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **[Sinaes]**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Enade**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Perguntas Frequentes**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Sinaes**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA MAURO, Ana Carolina; JÚNIOR, Dário Moreira Pinto; SALLES, Aparecida Magalhães; OLIVEIRA, Renata dos Reis. Perfil dos ingressantes e concluintes de Administração: uma avaliação numa instituição na região sul fluminense. **Gestão & Sociedade: Revista de Pós-Graduação da Uniabeu. UNIABEU**, v. 4, 2015. Disponível em: <[http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/gs/article/view/Pinto%20Junior/pdf\\_19](http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/gs/article/view/Pinto%20Junior/pdf_19)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

NEVES, Alberio Pinto; DOMINGUES, Maria José C. de Souza. **Desempenho dos estudantes das Instituições Públicas e Privadas no Enade: um estudo no Estado de Roraima**. Boa Vista: **AEDB**, [2011?]. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/237\\_237\\_segetAlberiorevisado.pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/237_237_segetAlberiorevisado.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

NEVES, Alberio Pinto; RODRIGUES, Rosiane de Fátima Almeida; SCHARF, Edson Roberto. **A qualidade dos cursos de Administração da região Norte, de acordo com o desempenho dos estudantes nas provas do Enade**. Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3059228-A-qualidade-dos-cursos-de-administracao-da-regiao-norte-de-acordo-com-o-desempenho-dos-estudantes-nas-provas-do-enade.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

NICOLINI, Alexandre Mendes; TORRES, Adriana Amadeu Garcia; MACEDO, Paulo César de Albuquerque; CÂMARA, Evandro de Campos. **A correlação entre a quantidade de docentes mestres e doutores e o desempenho dos estudantes no Enade: a realidade do Curso de Administração**. Florianópolis: **UFSC**, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132044/2014-345.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 set. 2016.

NICOLINI, Alexandre Mendes; ANDRADE, Rui Otávio B.; TORRES, Adriana Amadeu Garcia; CALDERÓN, Patricia Asunción Loaiza. Desempenho dos cursos de bacharelado em Administração no Brasil: Uma análise dos resultados no Exame Nacional de Desempenho (ENADE) em 2006, 2009 e 2012. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 16, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: **UFSC**, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131785/2014-161.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 out. 2016.

OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma da educação superior e os seus desdobramentos nas universidades federais: tópicos para um debate. **Série-Estudos**, Campo Grande-MS, N. 16, jul./dez 2003, p. 79-90.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva; BASTOS, Ronaldo Rocha. Exame Nacional de Cursos: Análise da Relação entre conceitos, qualificação e dedicação docente nas Escolas de Administração em 2000, 2001 e 2002. **REGEUSP**, São Paulo, v.12, out/dez. 2005. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/388.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

POLIDORI, Marlis Morosini. **Políticas de avaliação da educação superior brasileira: provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices.** Avaliação: Revista da Educação Superior, Campinas, v. 14, n.2, p. 267-290, 2009.

\_\_\_\_\_; MARINHO-ARAÚJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. Sinaes: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **SCIELO**, Rio de Janeiro, v. 14, out/dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo de Sales; VERHINE, Robert Evan. Implementação do Sinaes nas instituições brasileiras de educação superior: uma análise comparativa a partir dos estudos de caso. **UFBA**, Salvador, v. 1, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/6309>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília, DF: INEP, 2008, p. 39-50.

ROTHEN, J. C.; NASCIUTTI, F. A educação superior em prova: o perfil da educação superior apresentado pelos resultados do Enade 2005 e 2006. **Revista Diálogos Educacionais**, v. 11, 2011.

SALUME, Paula Karina; BRAGA, Juliana Oliveira; LATINI, Fernando Horta; CHEQUER, Karen Miranda; GONÇALVES, Renato Faria; RIBEIRO, Denise Queiroz. **O Enade avalia o administrador de acordo com o perfil exigido pelo MEC?** uma análise sobre a perspectiva da taxionomia de Bloom. Rio de Janeiro: **ANPAD**, 2012. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_EPQ805.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EPQ805.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SCHER, Vinícios Teodoro; MOREIRA JÚNIOR, Fernando de Jesus; CORREA, Angela Cristina; SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco; ANDRADE, Dalton Francisco de; BORTOLOTTI, Silvana Ligia Vicenzi. **Uma aplicação da teoria da resposta ao item na avaliação do Enade do curso de Administração**. Florianópolis: **UFSC**, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132176/2014-382.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SILVA, Cláudio Marcos Maciel; SINAY, Maria Cristina Fogliatty; REZENDE, José Francisco de Carvalho; ARAÚJO, Gabriel Aguiar. **Fatores determinantes para o desempenho dos alunos de Administração no Enade**. Mar Del Plata: **UFSC**, 2015. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136145>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SILVA, Íris da. **Glossário institucional**. Belo Horizonte: **UFMG**. Disponível em: <http://www.ufmg.br/proplan/glossario/m/html>. Acesso em: 19 out. 2016.

SIMM, Eduardo Bolicenha. A qualidade dos cursos de Administração no Brasil e no Paraná mensurada através dos indicadores do Enade. **UNIBRASIL**, Curitiba, v. 1, out. 2015. Disponível em: < <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosnegocios/index.php/negocios/article/view/126>>. Acesso em: 25 set. 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L.M.V.; SOARES, J.F. Do Provão ao Enade: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 52, 2006.

**ANEXOS**

**ANEXO A - LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004**

Conversão da MPv nº 147, de 2003

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a

mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no **caput** deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa **in loco**.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.



§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do **caput** deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do **caput** deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do **caput** deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;

III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o **caput** deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e os arts 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Tarso Genro*

**ANEXO B - PORTARIA NORMATIVA Nº 40, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007(\*)****Ministério da Educação****GABINETE DO MINISTRO****CAPÍTULO V****DO CICLO AVALIATIVO E DAS DISPOSIÇÕES PECULIARES AOS  
PROCESSOS DE RECRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E RENOVAÇÃO DE  
RECONHECIMENTO DE CURSOS****Seção II****Do ENADE**

**Art. 33-D** O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências adquiridas em sua formação.

§ 1º O ENADE será realizado pelo INEP, sob a orientação da CONAES, e contará com o apoio técnico de Comissões Assessoras de Área.

§ 2º O INEP constituirá um banco de itens, elaborados por um corpo de especialistas, conforme orientação das Comissões Assessoras de Área, para composição das provas do ENADE.

**Art. 33-E** O ENADE será realizado todos os anos, aplicando-se trienalmente a cada curso, de modo a abranger, com a maior amplitude possível, as formações objeto das Diretrizes Curriculares Nacionais, da legislação de regulamentação do exercício profissional e do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia.

§ 1º O calendário para as áreas observará as seguintes referências:

- a) Ano I- saúde, ciências agrárias e áreas afins;
- b) Ano II- ciências exatas, licenciaturas e áreas afins;
- c) Ano III- ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins

§ 2º O calendário para os eixos tecnológicos observará as seguintes referências:



a) Ano I- Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança;

b) Ano II- Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial;

c) Ano III- Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

§ 3º A relação de cursos que compõem o calendário anual de provas do ENADE, com base nas áreas constantes do § 1º poderá ser complementada ou alterada, nos termos do art. 6º, V, da Lei nº 10.861, de 2004, por decisão da CONAES, ouvido o INEP, mediante ato homologado pelo Ministro da Educação, considerando como critérios, entre outros, a abrangência da oferta e a quantidade de alunos matriculados.

**Art. 33-F** O ENADE será aplicado aos estudantes ingressantes e concluintes de cada curso a ser avaliado, conforme lançados no Cadastro e-MEC, observados os respectivos códigos e os locais de oferta informados.

§ 1º O ENADE será composto de uma prova geral de conhecimentos e uma prova específica de cada área, voltada a aferir as competências, habilidades e conteúdos agregados durante a formação.

§ 2º Os alunos ingressantes participarão apenas da prova geral, que será elaborada com base na matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

§ 3º Os alunos ingressantes que tiverem realizado o ENEM, aplicado com metodologia que permita comparação de resultados entre edições do exame, poderão ser dispensados de realizar a prova geral do ENADE, mediante apresentação do resultado válido.

§ 4º Os alunos concluintes realizarão a prova geral de conhecimentos e a prova específica da área.

**Art. 33-G** O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos desta Portaria Normativa.

§ 1º O estudante que tenha participado do ENADE terá registrado no histórico escolar a data de realização da prova.

§ 2º O estudante cujo ingresso ou conclusão no curso não coincidir com os anos de aplicação do ENADE respectivo, observado o calendário referido no art. 33-E terá no histórico escolar a menção, "estudante dispensado de realização do ENADE, em razão do calendário trienal".

§ 3º O estudante cujo curso não participe do ENADE, em virtude da ausência de Diretrizes Curriculares Nacionais ou motivo análogo, terá no histórico escolar a menção "estudante dispensado de realização do ENADE, em razão da natureza do curso".

§ 4º O estudante que não tenha participado do ENADE por motivos de saúde, mobilidade acadêmica ou outros impedimentos relevantes de caráter pessoal, devida e formalmente justificados perante a instituição, terá no histórico escolar a menção "estudante dispensado de realização do ENADE, por razão de ordem pessoal".

§ 5º O estudante que não tiver sido inscrito no ENADE por ato de responsabilidade da instituição terá inscrito no histórico escolar a menção "estudante não participante do ENADE, por ato da instituição de ensino."

§ 6º A situação do estudante em relação ao ENADE constará do histórico escolar ou atestado específico, a ser fornecido pela instituição na oportunidade da conclusão do curso, de transferência ou quando solicitado.

§ 7º A ausência de informação sobre o ENADE no histórico escolar ou a indicação incorreta de dispensa caracteriza irregularidade da instituição, passível de supervisão, observado o disposto no art. 33-H.

§ 8º A soma dos estudantes concluintes dispensados de realização do ENADE nas situações referidas nos §§ 4º e 5º deverá ser informada anualmente ao INEP e caso ultrapasse a proporção de 2% (dois por cento) dos concluintes habilitados por curso, ou o número de 10 (dez) alunos, caracterizará irregularidade, de responsabilidade da instituição.

**Art. 33-H** A inscrição dos estudantes habilitados a participar do ENADE é responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior.

§ 1º Devem ser inscritos na condição de ingressantes todos os estudantes que tenham iniciado o curso com matrícula no ano de realização do ENADE.

§ 2º Devem ser inscritos na condição de concluintes todos os estudantes que tenham expectativa de conclusão do curso no ano de realização do ENADE, além daqueles que tenham completado mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária do curso.

**Art. 33-I** A instituição deverá divulgar amplamente junto ao corpo discente de cada curso a realização do ENADE respectivo, a fim de que o processo de inscrição abranja todos os estudantes habilitados.

§ 1º A instituição efetuará as inscrições de seus alunos em sistema eletrônico próprio do INEP, disponível por 10 (dez) dias após o encerramento do período regular de inscrições, para consulta dos estudantes.

§ 2º No período previsto no § 1º, o estudante que não identificar seu nome na lista de inscritos sem estar incluído nas situações de dispensa referidas no art. 33-G, poderá solicitar à instituição que envie pedido de inscrição ao INEP.

§ 3º Após período para verificação e retificação de dados, compreendendo as inclusões referidas no § 2º, o INEP divulgará a relação definitiva de inscrições e os locais de prova.

§ 4º O sistema eletrônico de inscrição no ENADE será orientado pela interoperabilidade com as bases de dados do Censo da Educação Superior e do ENEM, visando a simplificação do processo de inscrição pelas instituições.

**Art. 33-J** O INEP disponibilizará, em meio eletrônico, questionários destinados a conhecimento do perfil dos estudantes inscritos, como subsídio para melhor compreensão dos resultados, conforme diretrizes definidas pela CONAES.

§ 1º O preenchimento dos questionários pelos estudantes é obrigatório e deve ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias que antecedem a realização do ENADE.

§ 2º Os coordenadores de cursos informados no Cadastro e-MEC preencherão questionários próprios, destinados às informações gerais sobre o curso, no prazo de até 15 dias após a realização da prova.

§ 3º Os coordenadores de curso poderão consultar relatório gerencial no sistema, acompanhando o número de questionários de estudantes em aberto ou já finalizados para envio ao INEP.

**Art. 33-K** O estudante fará o ENADE no município de funcionamento do curso, conforme constar do Cadastro e-MEC.

§ 1º O estudante de curso na modalidade de EAD realizará o exame no município do pólo de apoio presencial ao qual esteja vinculado.

§ 2º A indicação do município para realização do exame, na hipótese do § 1º, é de responsabilidade da instituição.

**Art. 33-L** Os resultados do ENADE serão expressos numa escala de cinco níveis e divulgados na forma do art. 34, passando a integrar o conjunto das dimensões avaliadas quando da avaliação dos cursos de graduação e dos processos de autoavaliação.

24 Parágrafo único. A informação dos resultados individuais aos estudantes será feita em boletim de acesso reservado, nos termos do § 9º do art. 6º da Lei nº 10.861, de 2004.

**Art. 33-M** Os estudantes habilitados que não tenham sido inscritos ou não tenham realizado o ENADE fora das hipóteses de dispensa referidas nesta Portaria Normativa estarão em situação irregular, não podendo receber o histórico escolar final.

§ 1º Após a realização do ENADE, o estudante inscrito que não tenha participado do ENADE pelos motivos previstos no art. 33-G, § 4º, terá 10 (dez) dias para apresentar no sistema a justificativa de ausência.

§ 2º O INEP analisará a justificativa e comunicará à instituição o deferimento ou indeferimento da dispensa, para os efeitos do art. 33-G, § 4º.

§ 3º O estudante que permanecer em situação irregular deverá ser inscritos no ENADE no ano seguinte, nesta condição.

§ 4º Quando a responsabilidade pela não inscrição for da instituição, extrapolado o limite previsto no art. 33-G, § 8º, a instituição estará sujeita à suspensão do processo seletivo, com fundamento no art. 10, § 2º da Lei nº 10.861, de 2004, nos termos do art. 5º, § 7º da mesma lei.

§ 5º No caso das instituições públicas, os responsáveis pela não inscrição sujeitam-se a processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 10, § 2º, III, da Lei nº 10.861, de 2004.

§ 6º Quando a responsabilidade pela não realização do exame for do estudante, esse deve requerer a regularização de sua situação, mediante a realização da prova geral de conhecimentos no ano seguinte.

§ 7º Os estudantes em situação irregular não serão considerados para o cálculo do indicador baseado no ENADE.

**ANEXO C - RESOLUÇÃO Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014 (\*)****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

*Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências.*

**O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nas orientações e nos referenciais contidos nos Pareceres CNE/CES nos 583/2001 e 67/2003, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 29 de outubro de 2001 e 2 de junho de 2003, bem como nos termos do Parecer CNE/CES nº 266/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Parágrafo único. As diretrizes curriculares são definidas de forma ampla, de modo a contemplar a diversidade de projetos pedagógicos dos cursos existentes e futuros.

Art. 2º São princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública:

I - o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Art. 3º O curso de graduação em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

Art. 4º O curso de graduação abrangido por esta Resolução deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas; (\*) Resolução CNE/CES 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 – Seção 1 – pp. 17-18.

II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Art. 5º O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, em seus projetos pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

§ 1º São conteúdos de formação básica:

I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;

II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;

III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;

IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

§ 2º Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.



§ 3º Os conteúdos de que trata este artigo poderão ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo, necessariamente, uma sequência compulsória, a critério de cada Instituição.

Art. 6º A natureza e a organização de cada curso deverão ser expressas por meio do seu projeto pedagógico, abrangendo, entre outros, o perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes curriculares, a imersão profissional ou em pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta.

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e

XI - inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades,

centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º O detalhamento dos incisos, especialmente VI a IX, será definido em regulamento próprio da Instituição de Educação Superior.

§ 3º A conclusão e a integralização curricular deverão ser expressamente estabelecidas, observado o regime acadêmico adotado pela Instituição de Educação Superior, bem como as possibilidades apresentadas na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.

Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior.

Art. 8º As atividades complementares, quando houver, deverão possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e deverá constar do projeto pedagógico do curso, e suas características deverão ser estabelecidas em regulamento próprio.

Art. 10. Com base no princípio de educação continuada, as Instituições de Educação Superior poderão incluir, no projeto pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 11. A carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 2007.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. As Instituições de Educação Superior poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO GONÇALVES GARCIA**